



INSTITUTO  
UNIVERSITÁRIO  
DE LISBOA

---

Gestão das áreas protegidas na Guiné-Bissau: Estudo de caso do Parque Natural das Lagoas de Cufada (PNLC)

Jublote da Silva

Mestrado em Governação e Sustentabilidade do Mar

Orientadora:  
Professora Doutora Helena Belchior Rocha,  
Professora Auxiliar  
ISCTE - Instituto Universidade de Lisboa

Outubro, 2025



CIÊNCIAS SOCIAIS  
E HUMANAS

---

Escola de Ciências Sociais e Humanas

Gestão das áreas protegidas na Guiné-Bissau: Estudo de caso do Parque Natural das Lagoas de Cufada (PNLC)

Jublote da Silva

Mestrado em Governança sustentabilidade do Mar

Orientadora:

Professora Doutora Helena Belchior Rocha

Professora Auxiliar

ISCTE - Instituto Universidade de Lisboa

Outubro, 2025

## DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a Deus, todo-poderoso, que tem realizado maravilhas na minha vida, à minha amada família, ao meu pai Armando da Silva, que faleceu quando eu tinha apenas um mês de vida, à minha mãe Luísa Domingos Bloté Cá, que sempre me apoiou e acreditou em mim, e à minha orientadora, a Doutora Helena Belchior Rocha.



## AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar a minha sincera gratidão à minha orientadora, Professora Helena Belchior Rocha, pela orientação, apoio e incentivo ao longo de toda a investigação e das sessões de treino que realizámos em conjunto, demonstrando sempre grande disponibilidade para me ajudar.

Estou profundamente grato a toda a minha família pelo apoio financeiro e, sobretudo, pela confiança em mim depositada. Agradeço, de forma especial, aos meus irmãos: Virgínia da Silva, António Gaudêncio da Silva, Armandinho da Silva, Neti Silva, Juelma da Silva, Izilda da Silva, Vlá da Silva, Lisdália da Silva, Gídia da Silva, Nadile e Cá.

Gostaria de agradecer ao IBAP e aos seus funcionários pela colaboração, começando pela diretora, Sra. Aissa Regalla de Barros, o Sr. Justino Bia, a Dra. Welena Silva, bem como todos os membros do Conselho da Comunidade do Parque Natural das Lagoas de Cufada e à sua Direção.

Um agradecimento especial à querida Djenabú Baldé, que percorreu vários quilómetros de mota para facilitar a realização das entrevistas.

Quero também expressar o meu agradecimento à minha comunidade São Pedro Apóstolo e a todos os valentes (CV-AV), especialmente à minha secção de base São Pedro e à paróquia de Canchungo, onde tive o privilégio de servir durante um ano junto das crianças.

Os meus sinceros agradecimentos às famílias que me acolheram e apoiaram nos meus primeiros momentos em Portugal: a família de Lenine Semedo e Italma Gomes, Diogo Amado Baldé e Nhima, Januário Júnior e Ana, pelo apoio prestado na minha integração numa nova cultura.

Agradeço ainda ao meu padrinho Silvano Rodrigues e à família da tia Neta, Isaura, Nico, Soraia e N'Djuda, mãe, Zena, Paulito, Joelson, Ivandro, Osvaldo

Quero igualmente agradecer aos meus amigos da «bancada Tonga» e da «bancada família» da Via SITEC, bem como aos meus colegas, em especial ao Djone Camala, pelo apoio constante que me foi prestado na concretização deste trabalho.

Agradeço à família de Marcelino Joaquim da Silva e Lucília da Silva, e aos seus filhos, pelo carinho e apoio. Um agradecimento especial à minha afilhada Vanessa, bem como à Yoyo, Jacira, Ivanuél, Djanque e à minha querida Miss Clara.

Agradeço a todos os meus amigos que fizeram parte desta longa e desafiante jornada acadêmica: Jéssica Semedo, Djudjuculita Djassi, Yefrine Agostinho Cá, Habib Djono, Tairo Embaló, Arcer Mendes Pereira, Zé Padre, Emanuel Alfredo Gomes, Olávio Braima Darame, Jéssica Pereira, Andreia Mendes, Ramatulai Embaló, Silvino Djemé e Domingos Vaz Júnior.

Um agradecimento especial ao meu amigo Ideliano Fernandes, que me inscreveu na universidade e sempre me apoiou com ideias positivas. À Amélia e à sua família, o meu muito obrigado pelo vosso apoio constante — não tenho palavras para descrever a amizade que nasceu entre nós no PCCI.

Quero também agradecer aos meus sobrinhos e às minhas sobrinhas: Laíza, Maida, Mirta, Paula, Jú, Djoy, Janete e Nica, Ibrahim, Estela, e José Kevicson ao meu primo Lino Bluté. Partimos da nossa terra com a dor de deixar a família e os amigos, com o sonho de estudar — e, graças ao Senhor, tudo foi possível.

## RESUMO

Este trabalho analisa a gestão participativa no Parque Natural das Lagoas de Cufada (PNLC), na Guiné-Bissau, com destaque na interação entre a administração do parque e as comunidades locais na conservação ambiental. A investigação parte da premissa de que a participação comunitária é um fator determinante para a eficácia das políticas de proteção da biodiversidade e do uso sustentável dos recursos naturais. O estudo destaca o papel das áreas protegidas na preservação da fauna, da flora e dos ecossistemas aquáticos, bem como os desafios enfrentados na implementação de estratégias de gestão integrada. Através de uma abordagem qualitativa baseada em entrevistas e na análise documental, foram examinados os mecanismos legais e institucionais que regulam o PNLC, os conflitos socioambientais emergentes e as práticas de cogestão. Os resultados evidenciam que o envolvimento ativo das comunidades locais contribui para a valorização dos ecossistemas e para a mitigação das pressões externas, como a ocupação ilegal e a exploração insustentável dos recursos. O trabalho propõe recomendações para o fortalecimento da governança ambiental, com vista à promoção de modelos de gestão participativa e à consolidação de políticas públicas voltadas para a sustentabilidade.

Palavras-chave: gestão participativa; áreas protegidas; biodiversidade; comunidades locais; sustentabilidade; Guiné-Bissau.



## ABSTRACT

This study examines the participatory management of the Cufada Lagoons Natural Park (PNLC) in Guinea-Bissau, focusing on the relationship between park administration and local communities in the context of environmental conservation. The research is grounded in the assumption that community involvement is a key factor in the effectiveness of biodiversity protection and the sustainable use of natural resources. The analysis highlights the role of protected areas in safeguarding ecosystems and species, while addressing the institutional and socio-environmental challenges that arise in their governance. Using a qualitative approach based on interviews and document analysis, the study explores the legal and institutional frameworks governing the PNLC, the dynamics of co-management, and the conflicts between conservation goals and local socioeconomic interests. Findings indicate that active community participation enhances ecosystem stewardship and mitigates external pressures such as illegal land occupation and resource exploitation. The study concludes with recommendations aimed at strengthening environmental governance through inclusive management models and the development of public policies that promote sustainability.

Keywords: participatory management; protected areas; biodiversity; local communities; sustainability; Guinea-Bissau.



## LISTA DE ABREVIATURAS E ACRÓNIMOS

AP – Área(s) Protegida(s)

CITES – Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies de Fauna e Flora Selvagens Ameaçadas de Extinção

DDE – Direção do Desenvolvimento e da Cooperação

GPC – Gabinete de Planificação Costeira

IBAP – Instituto da Biodiversidade e das Áreas Protegida

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas

LQAP – Lei-Quadro das Áreas Protegi

ONG – organização não governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

PNLC – Parque Natural das Lagoas de Cufada

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

RIPNLC – Regulamento Interno do Parque Natural das Lagoas de Cufada

SEADGDD – Secretário de Estado do Ambiente Direção Geral do Desenvolvimento Durável

SNAP – Sistema Nacional de Áreas Protegidas

UICN – União Internacional para a Conservação da Natureza



## ÍNDICE

INTRODUÇÃO .....	1
CAPÍTULO 1 .....	9
REFERENCIAL TEÓRICO .....	9
1.1. História das áreas protegidas .....	9
1.2. Gestão das áreas protegidas na Guiné-Bissau .....	9
1.3. Sistema nacional guineense das áreas protegidas.....	11
1.4. Legislação ambiental das áreas protegidas na Guiné-Bissau .....	14
1.5. Papel das organizações não governamentais na gestão das áreas protegidas.....	16
CAPÍTULO 2 .....	19
MÉTODOS E MATERIAIS .....	19
2.1. Área de estudo .....	21
2.1.1. Parque Natural das Lagoas de Cufada .....	21
2.1.2. Regulamento Interno do Parque Natural das Lagoas de Cufada .....	22
2.1.3. Zonagem .....	22
2.1.4. Impacto ambiental sobre a lagoa de Cufada .....	25
2.1.5. Floresta.....	26
2.1.6. Atividade económica dentro do parque .....	27
2.2. Recolha de dados .....	28
2.3. Análise de dados .....	31
CAPÍTULO 3 .....	33
RESULTADOS.....	33
3.1. História da criação do Parque Natural das Lagoas de Cufada.....	33
3.2. Administração do Parque Natural das Lagoas de Cufada .....	34
3.3. Conflitos entre o Parque Natural das Lagoas de Cufada e as comunidades locais .....	35
3.4. Papel das organizações não-governamentais dentro do Parque Natural das Lagoas de Cufada.....	38

3.5. Conhecimento sobre as leis do Parque Natural das Lagoas de Cufada.....	38
3.6. Melhoria da capacidade de gestão .....	40
3.6.1. Fortalecimento da gestão participativa .....	41
3.7. Sensibilização sobre o impacto ambiental nas áreas protegidas.....	41
3.8. Aumento de controlo nas zonas.....	42
3.9. Educação ambiental nas unidades curriculares .....	42
CAPÍTULO 4 .....	45
DISCUSSÃO.....	45
4.1. Avanços institucionais e comunitários .....	45
4.2. Limitações estruturais da gestão .....	45
4.3. Pressões externas e governança frágil .....	46
4.4. Desafios sociais e geracionais .....	46
4.5. Contradições entre legislação e prática .....	47
4.6. O papel das organizações não governamentais .....	47
CONCLUSÃO .....	49
RECOMENDAÇÕES PARA MELHORAR A GESTÃO NO PARQUE.....	51
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	53
APÊNDICE 1 .....	59
GUIÃO DA ENTREVISTA.....	59
APÊNDICE 2 .....	63
CODIFICAÇÃO E CATEGORIZAÇÃO .....	63

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1-1 – Mapa das Áreas Protegidas da Guiné-Bissau.....	11
Figura 2-1 - Valores das áreas protegidas .....	20
Figura 2-2 – Mapa do Parque Natural das Lagoas de Cufada.....	24



## ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1-1 – Resumo das Leis e Regulamentos ambientais da Guiné-Bissau.....	16
---	----



## APÊNDICES

APÊNDICE 1 .....	59
GUIÃO DA ENTREVISTA.....	59
APÊNDICE 2 .....	63
CODIFICAÇÃO E CATEGORIZAÇÃO .....	63







## INTRODUÇÃO

O conceito de desenvolvimento sustentável ganhou relevância no início da década de 1970, impulsionado pelos estudos das Nações Unidas sobre as alterações climáticas, como resposta às crescentes preocupações globais face às crises ambientais e sociais que marcaram a segunda metade do século XX. (Gonçalves, 2005).

Na tentativa de reduzir a sobre-exploração dos recursos e seu o impacto ambiental, teve lugar a primeira discussão entre grandes grupos de empresários e intelectuais, nomeadamente com o Clube de Roma (1968), que colocou em pauta a preservação dos recursos naturais. Os debates em torno dos resultados do primeiro estudo científico, realizados entre 1972 e 1974, levantaram questões centrais a serem resolvidas com vista à concretização da sustentabilidade (Gonçalves, 2005). O crescente interesse pelas questões ambientais e a reflexão internacional em torno do relatório do Clube de Roma levaram à realização de uma conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, que teve lugar entre 5 e 16 de julho de 1972, em Estocolmo (Suécia), com o objetivo de promover a preservação e a melhoria do meio ambiente (Tannous & Garcia, 2008).

Os grandes debates internacionais sobre os problemas relacionados com o planeta e com a crise ambiental, iniciados em Estocolmo e prosseguidos no Rio de Janeiro (Brasil, 1992), resultaram em importantes decisões sobre a diversidade biológica, as alterações climáticas e as questões políticas e económicas. Na procura de respostas para os desafios enfrentados pelo ambiente global, marcado por um défice mundial em políticas sustentáveis, a natureza tem vindo a sofrer crescente degradação, o que aponta para um futuro incerto (Guimarães & Fontoura, 2012).

O Relatório Brundtland, de 1987, e a criação do Painel Intergovernamental sobre Alterações Climáticas (IPCC), em 1989, abordaram temas relacionados com a saúde humana e o ambiente (Buss *et al.*, 2012). Em 1999, com o lançamento do Pacto Global para a Sustentabilidade, que visava a criação de medidas para que as empresas adotassem práticas respeitadoras dos direitos dos trabalhadores, da proteção ambiental e do combate à corrupção, mais de 191 chefes de Estado e de governo reuniram-se na Conferência Rio+20 para discutir questões ligadas ao desenvolvimento sustentável (Carvalho, 2009).

Em 2000, reuniram-se grupos de líderes mundiais com diversos objetivos, entre os quais se destacava a promoção de uma sustentabilidade ambiental mais eficiente para todas as espécies

vivas presentes na natureza, com vista a garantir um mundo melhor para as gerações futuras (Mejia, 2007). Porém, a falta de implementação de políticas públicas continua a afetar diretamente os ecossistemas. Face à gravidade dos problemas ambientais e sociais a nível global, torna-se evidente que as necessidades de desenvolvimento social não podem ser ignoradas. Esta situação tem levado as grandes organizações dedicadas à proteção do meio ambiente a discutir formas de encontrar soluções sustentáveis, sobretudo para as comunidades que vivem em zonas afastadas dos centros urbanos (Gonçalves, 2005). Deste modo, os Estados devem disponibilizar os meios necessários para uma monitorização mais eficaz das diversas espécies e para a manutenção do equilíbrio ecológico (Carvalho, 2009). Uma das formas de alcançar este objetivo é através da criação, gestão e monitorização de áreas protegidas (AP).

As AP são consideradas fundamentais devido ao seu potencial em recursos naturais, uma vez que albergam uma grande diversidade de espécies de plantas e animais, além de proporcionarem espaços para lazer, turismo e atividades socioeconómicas. Estas áreas são vitais para a preservação da fauna e da flora, bem como para a sustentabilidade das populações que dependem diretamente dos recursos naturais. No entanto, a sua gestão enfrenta desafios significativos, como a pressão da caça furtiva, o desmatamento e os efeitos das alterações climáticas, o que exige uma abordagem integrada e participativa (IBAP, 2022).

Os lugares protegidos podem ser considerados sagrados para orações, meditações e ritos tradicionais. Na cultura guineense existem várias matas sagradas que não podem ser exploradas nem utilizadas para atividades socioeconómicas (Bensusan, 2006). Portanto, esta política de gestão e de conservação deve ser mantida em todo o país de modo a conservar o ambiente e os recursos naturais, garantindo a sua sustentabilidade (Carvalho, 2009). As AP guineenses incluem parques nacionais, reservas naturais integrais, zonas de natureza selvagem, áreas administrativas para habitats e espécies, paisagens terrestres e marinhas protegidas, AP de recursos naturais, áreas protegidas comunitárias e florestas sagradas (Indjai, 2017).

As AP são consideradas importantes devido ao seu potencial em recursos naturais, pois apresentam uma grande diversidade de espécies de plantas e animais, além de proporcionarem espaços para lazer, turismo e atividades socioeconómicas (Correia et al., 2024). Portanto, a implementação das AP constitui uma das principais estratégias para a preservação e conservação dos recursos naturais (Menegasso & Harter-Marques, 2023) que podem atrair financiamentos para os projetos que contribuem para as comunidades locais em termos

económicos, socioculturais e turísticos (Janeiro et al., 2008). Contudo, muitas das vezes os gestores entram em conflito com as comunidades locais (Correia et al., 2024).

No contexto da Guiné-Bissau, as políticas de gestão e de proteção ambiental compreendem um conjunto de estratégias e mecanismos adotados pelo Estado que visam salvaguardar o ambiente e a diversidade biológica, promovendo o desenvolvimento sustentável. No relatório anual do Instituto da Biodiversidade e das Áreas Protegidas (IBAP) referente a 2019, constata-se uma pressão crescente da população sobre os recursos naturais existentes nas AP, atribuída sobretudo à instabilidade política que o país tem enfrentado nos últimos anos (Djaló, 2021).

As AP guineenses desempenham um papel crucial na conservação da biodiversidade e na proteção dos recursos naturais. Um exemplo notável desta estratégia de preservação é o Parque Natural das Lagoas de Cufada (PNLC), uma das maiores áreas protegidas da Guiné-Bissau, localizado na região de Quinara, no sul do país. Criado em 2000, este parque alberga uma rica diversidade de ecossistemas, incluindo florestas tropicais, savanas e áreas alagadiças, destacando-se a lagoa de Cufada, a maior lagoa de água doce do país (IBAP, 2022a).

## **Contextualização**

A República da Guiné-Bissau é um país situado na costa ocidental de África, fazendo fronteira com a República do Senegal a norte e com a Guiné-Conacri a sul. Possui uma área de 36 125 km<sup>2</sup> e uma população estimada de 1 548 159 habitantes em 2009 (Sucuma, 2012). O país é rico em biodiversidade, abrigando várias espécies de fauna e flora, muitas das quais são endémicas e estão ameaçadas de extinção. O PNLC, por exemplo, é o habitat de elefantes, hipopótamos, aves aquáticas e primatas, além de conter uma importante área de lagoas que serve de refúgio para espécies migratórias. Por isso, a gestão eficiente destas áreas é fundamental para evitar a perda irreversível desta biodiversidade (IBAP, 2022).

Com o início de um projeto de planificação costeira em 1989, enquadrado na Direção-Geral das Florestas e Caça, foi elaborado um plano de discussão e de planeamento sobre as AP na Guiné-Bissau, com o apoio da União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN) e da Agência Suíça de Cooperação para o Desenvolvimento. A partir deste processo, surgiu a proposta de criação de quatro AP. (Junior et al., 2019).

As AP na Guiné-Bissau enfrentaram, desde o início, diversos problemas que não foram resolvidos devido à falta de informação ou ao desconhecimento da legislação. Mesmo antes da sua criação, já muitos grupos humanos residiam dentro dos seus perímetros. As AP foram

estabelecidas com base nos acordos internacionais assinados pelo país e para cumprir com as exigências e os requisitos destas convenções, tendo sido planeadas e financiadas com o apoio de parceiros internacionais. A realização da Conferência de Ramsar, no Irão, a 2 de fevereiro de 1971, foi fundamental na definição de medidas para a proteção dos habitats aquáticos e das aves migratórias (Djoló et al., 2023). Foram também criadas algumas leis com o objetivo de reduzir o impacto da exploração que ocorre dentro dos parques.

Na Guiné-Bissau, as AP são administradas pelo Estado, sob tutela do IBAP, e cada uma delas tem o seu próprio diretor, nomeado após concurso público, contando com representantes das comunidades locais e do conselho de gestão, com mandatos de cinco anos (LQAP, 2011).

Cabe assim ao IBAP a responsabilidade pela gestão de todas as AP do país através da implementação de políticas de conservação que envolvem o governo e as comunidades locais.

Os problemas ambientais na Guiné-Bissau tiveram início na década de 1970, com a realização do primeiro estudo ambiental da zona costeira. Posteriormente, na década de 1980, foi efetuado um levantamento florestal em todo o território guineense. Em 1988, o Ministério da Agricultura, por meio da sua Direção-Geral das Florestas e Caça (DGFC), iniciou um projeto de planificação costeira, com o apoio técnico-científico da UICN e financiamento da Direção do Desenvolvimento e da Cooperação (DDE), da Confederação Helvética (CH). Este projeto contou ainda com o apoio da Cooperação Internacional (CCEI), do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP) e do Gabinete de Planificação Costeira (GPC), parceiros que colaboraram na negociação e na elaboração dos planos para a criação do primeiro Sistema Nacional de Áreas Protegidas (SNAP) na Guiné-Bissau.

Entre o final da década de 1990 e o ano 2000, a Guiné-Bissau instituiu as suas primeiras AP. O primeiro parque criado foi o Parque Nacional Marinho de João Vieira e Poilão, pelo Decreto-Lei n.º 6-A/2000, de 23 de agosto. Seguiram-se o Parque Nacional do Grupo de Ilhas de Orango (Decreto-Lei n.º 11/2000), o Parque Natural dos Tarrafes do Rio Cacheu (Decreto-Lei n.º 12/2000) e o Parque Natural das Lagoas de Cufada (Decreto-Lei n.º 13/2000) (IBAP, 2014).

A construção da ponte de Buba, destinada ao transporte da bauxita explorada na região de Boé, poderá ter impactos nefastos sobre o PNLC. Este projeto representa uma ameaça às massas de água doce superficiais de Cufada, Badasse e Biorna, consideradas as maiores áreas sub-húmidas da África Ocidental. A exploração pode comprometer as rotas migratórias das aves,

bem como afetar a presença de antílopes e de outras espécies internacionalmente raras e emblemáticas, como os chimpanzés, que estão protegidos nas lagoas de Cufada (Djoló et al., 2023).

As AP na Guiné-Bissau enfrentam desde a sua criação um problema significativo que ainda não foi resolvido: a falta de informação e o desconhecimento das leis relativas à gestão dos parques. A maioria das zonas que estão protegidas no país, e muito antes da sua criação, já tinham populações que ali residiam dentro dos perímetros depois estabelecidos. Para mitigar o impacto da exploração dos recursos naturais no interior dessas áreas, o Estado criou algumas leis de zonagem (Djoló et al., 2023).

### **Pergunta de pesquisa**

A pesquisa para este estudo parte das seguintes perguntas: *Quais os mecanismos legais e institucionais que regulam a gestão do PNLC e os seus impactos na conservação da biodiversidade? De que forma as comunidades locais participam na gestão e conservação do PNLC? Como são geridos os conflitos entre os objetivos de conservação do PNLC e os interesses das comunidades locais?*

### **Hipóteses**

Na sequência da pesquisa foram levantadas as seguintes hipóteses: *a participação limitada das comunidades locais na tomada de decisão compromete a eficácia da conservação no PNLC; as populações locais tendem a valorizar mais o parque quando percebem benefícios diretos, como emprego ou acesso a recursos.*

### **Objetivo geral**

O objetivo geral da pesquisa é analisar a gestão do PNLC, identificando os seus principais desafios, mecanismos institucionais e o papel das comunidades locais na conservação e uso sustentável dos recursos naturais.

### **Objetivos específicos**

Especificamente, o trabalho visa caracterizar o enquadramento legal e institucional da gestão do PNLC; avaliar o nível de participação das comunidades locais nos processos de gestão e

conservação do parque; investigar os principais desafios enfrentados na implementação das políticas de conservação; propor recomendações para o fortalecimento da gestão participativa.

## **Justificação**

O trabalho visa contribuir para uma melhor gestão das AP na Guiné-Bissau. Portanto, a razão justifica-se na necessidade de conservar a biodiversidade, proteger os ecossistemas e garantir a sustentabilidade ambiental e socioeconómica do país.

O PNLC reveste-se de grande importância devido ao reconhecimento internacional como Sítio Ramsar, classificação atribuída em 1990, devido à sua relevância ecológica a nível global, recebendo, ao longo do ano, várias espécies de aves aquáticas provenientes de diferentes localizações. Contudo, nos últimos anos, o parque tem enfrentado sérias ameaças resultantes da exploração excessiva dos recursos naturais, do desmatamento, da caça furtiva e das alterações climáticas, sobretudo nas suas áreas marinhas.

Com este trabalho pretende-se sensibilizar a população para o uso sustentável do meio ambiente, incluindo a integração da educação ambiental nos currículos escolares, pois é essencial desenvolver parcerias entre a administração local da região de Quinara e os diversos setores sociais, com vista à proteção da biodiversidade do PNLC. Isto pode ser feito através da criação de um espaço de diálogo regional, com a participação de ambientalistas, bem como alertar o Governo sobre a importância estratégica do meio ambiente para a saúde pública.

O estudo justifica-se para uma chamada de atenção ao Estado sobre a inclusão do plano de gestão das AP no seu Orçamento Geral para garantir os recursos necessários à sua conservação, apesar dos parceiros internacionais terem sido e serem importantes colaboradores, pelo que se torna fundamental o financiamento dos trabalhos de elaboração de projetos sustentáveis que ofereçam alternativas económicas à população local, reduzindo a sua dependência exclusiva da exploração dos recursos naturais dentro do perímetro do parque.

O trabalho visa sensibilizar as comunidades locais da importância da gestão participativa, incentivando um esforço conjunto na preservação dos ecossistemas e da biodiversidade. A gestão participativa, envolvendo a comunidade local, torna-se mais eficiente e frutífera tanto do ponto de vista dos gestores quanto do da comunidade como cogestor na promoção da conservação da biodiversidade, demonstrando abertura e compromisso com a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais. Esta zona é particularmente rica em biodiversidade, abrangendo florestas tropicais e savanas. A sua proteção é vital para as gerações futuras e para

o bem-estar de toda a comunidade e do país. A diversidade dos ecossistemas existentes nesta região constitui um património natural de elevado valor ecológico e estratégico.

O estudo visa contribuir ainda para os mecanismos da resolução dos problemas ligados ao uso da terra para fins agrícolas, bem como para os conflitos existentes entre as comunidades locais e a administração do parque, nomeadamente nas questões relacionadas com a cedência de terrenos dentro do perímetro do PNLC para reduzir os problemas recorrentes.



## **CAPÍTULO 1**

### **REFERENCIAL TEÓRICO**

#### **1.1. História das áreas protegidas**

Na Inglaterra, durante o século XVI, algumas áreas de floresta começaram a ser protegidas com o estatuto de reservadas, medidas que visavam proteger estas zonas da expansão agrícola e da ocupação popular, passando estas a ser denominadas de «terras incultas», não havendo assim razões ambientais, que mais tarde deram origem ao surgimento de novos palácios rurais nestes locais. (Lira, 2015).

A primeira AP do mundo foi o Parque Nacional de Yellowstone, criado em 1872, nos Estados Unidos da América, abrangendo principalmente o estado do Wyoming. John Muir (1838-1914) foi um dos mais influentes defensores da preservação da natureza nos EUA, destacando-se na proteção do Vale de Yosemite, na Califórnia. Fundou o Sierra Club, uma das mais antigas organizações ambientais do mundo, e teve um papel fundamental na promoção da conservação ambiental (Lira, 2015).

Já no início do século XX, foi criada a União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN), sob influência de países europeus, dos Estados Unidos da América e de organizações das Nações Unidas.

Em 1982 foi realizada na Indonésia a Conferência Mundial sobre Áreas Protegidas, a qual impulsionou importantes mudanças nos modelos de planeamento destas áreas, permitindo o desenvolvimento de novas políticas e estratégias voltadas para a participação das comunidades locais (Sanó, 2016).

#### **1.2. Gestão das áreas protegidas na Guiné-Bissau**

A gestão das AP na Guiné-Bissau é distribuída de acordo com diferentes ecossistemas, marinhos, terrestres, zonas húmidas e mangais, sendo todas estas consideradas zonas prioritárias para a conservação e proteção da biodiversidade. Estas áreas permitem a reprodução e a preservação de diversas espécies que nelas habitam e que são administradas pelo IBAP. O governo guineense, enquanto gestor dos bens públicos, partilha esta responsabilidade com as comunidades locais. Neste sentido, as AP são denominadas como “áreas da população e para a população” (Janeiro et al, 2008).

Após a criação das AP registou-se, em 1991, uma iniciativa por parte das organizações não governamentais (ONG) que teve como objetivo o de encontrar soluções para os problemas ambientais da Guiné-Bissau. Mais tarde, foi criado o IBAP, passando a ser a entidade estatal responsável pela gestão das AP. Desde cedo, as ONG, em colaboração com parceiros internacionais, procuraram promover métodos eficazes de conservação ambiental, envolvendo ativamente a sociedade civil nas questões ecológicas e denunciando as práticas nocivas que ocorriam em diferentes zonas do território guineense (da Silva, 2022). Muitas comunidades que vivem nas imediações das AP dependem diretamente dos recursos naturais aí existentes para a sua subsistência, seja através da pesca, da agricultura ou da recolha de produtos florestais. A gestão sustentável destas áreas tem como objetivo assegurar que os recursos sejam utilizados de forma responsável, garantindo a sua disponibilidade a longo prazo. Além disto, procura promover alternativas económicas que não provoquem a degradação ambiental, como o ecoturismo e a agricultura sustentável (de Barros, 2024).

Devido à diversidade de espécies presentes na Guiné-Bissau, o país é considerado um património natural a nível mundial. Para proteger as espécies ameaçadas, foram criadas várias AP, estando elas classificadas em diferentes categorias. Entre os parques naturais destacam-se o Parque Natural dos Tarrafes do Rio Cacheu e o Parque Natural das Lagoas de Cufada. Já os parques nacionais incluem o Parque Nacional Marinho João Vieira e Poilão, o Parque Nacional de Orango, o Parque Nacional de Cantanhez, bem como a Área Protegida Comunitária das Ilhas de Urok e o complexo Dulombi-Boé-Tchetche, todos sob tutela do IBAP (RGBSEA, 2016).

Adicionalmente, desde 1996, a Reserva da Biosfera do Arquipélago Bolama-Bijagós está classificada pela UNESCO como zona húmida de importância ecológica para a conservação internacional, possuindo relevância regional, nacional e global.

Desde o início da implementação do sistema de criação das AP, a Guiné-Bissau tem contado com apoios internacionais, nomeadamente ao nível do financiamento de determinados projetos e de assistência técnica, com o objetivo de alcançar a sustentabilidade. Contudo, continua a depender desta ajuda externa para a execução de diversos projetos. O país possui acordos com várias organizações que prestam apoio financeiro, visando o cumprimento das obrigações assumidas no âmbito de convenções internacionais das quais é signatário. Estas obrigações estão alinhadas com a missão do IBAP e incluem a participação em instrumentos internacionais como:

- A Convenção sobre a Diversidade Biológica;

- A Convenção sobre as Espécies Migradoras da Fauna Selvagem e o acordo associado African-Eurasian Waterbird Agreement;
- A Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies de Fauna e Flora Selvagens Ameaçadas de Extinção;
- A Convenção sobre o Património Mundial;
- A Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas;
- A Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação;
- A Convenção de Ramsar sobre Zonas Húmidas de Importância Internacional (IBAP, 2014).

### 1.3. Sistema nacional guineense das áreas protegidas

O SNAP da Guiné-Bissau (figura 1-1) foi criado através de um programa de ordenamento e gestão nacional dos recursos, com o objetivo de valorizar a biodiversidade em todo o país e promover o envolvimento das comunidades locais na gestão participativa, através da criação de parques e áreas marinhas protegidas. Entre 2014 e 2020 foi delineada a estratégia da instituição, embora o documento estratégico do IBAP tenha surgido logo em 2007. A sua implementação começou posteriormente e foi sendo atualizada e adotada pela instituição (IBAP, 2014).

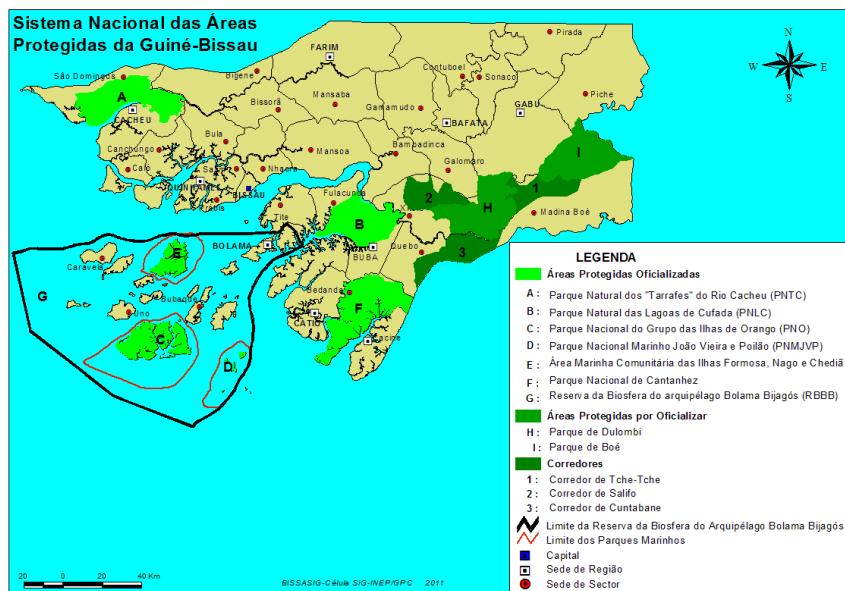


Figura 1-1 – Mapa das Áreas Protegidas da Guiné-Bissau

Fonte: RGBSEA (2016)

O primeiro diretor de IBAP, o Dr. Alfredo Simão, foi o responsável pela execução da política das AP na Guiné-Bissau, e devido às ameaças aos recursos, foi criado o SNAP que

conta atualmente com 26,3% do território guineense incluindo 11 lugares de conservação, sendo oito parques e três corredores ecológicos (Catarino, 2019).

Quatro destas áreas possuem uma forte componente marinha e estuarina, sendo eles o Parque Nacional de Orango, o Parque Nacional Marinho João Vieira e Poilão, a Área Protegida Comunitária das Ilhas de Urok e o Parque Natural dos Tarrafes do Rio Cacheu, enquanto que o Parque Natural das Lagoas de Cufada protege predominantemente lagoas de água doce e ecossistemas florestais (IBAP, 2008, 2022b).

O Parque Nacional de Orango situa-se no arquipélago dos Bijagós e tem uma área de 1582,35 km<sup>2</sup>. Foi criado em 1997 e oficializado em 2000. É conhecido como a «Ilha dos Hipopótamos» (*Hippopotamus amphibius*) e, nos últimos anos, o parque tem sofrido com a invasão de pescadores provenientes dos países vizinhos. As vegetações nas margens dos rios protegem diversas espécies, nomeadamente mangais, hipopótamos, crocodilos, tartarugas, gazelas, macacos-verdes, golfinhos, andorinhas-do-mar, entre outros. (Pereira, 2015).

O Parque Nacional Marinho João Vieira e Poilão foi criado a 1 de agosto de 2000 e situa-se no arquipélago dos Bijagós, abrangendo uma área de 49 500 hectares. Foi classificada como uma zona de grande diversidade biológica e integra desde 1996 a Reserva da Biosfera reconhecida pela UNESCO. A pesca constitui a atividade tradicional dos habitantes locais, numa área rica em biodiversidade, incluindo espécies como peixes, golfinhos, andorinhas-do-mar, gaivinas-negras, tartarugas-verdes, papagaios-cinzentos, entre outras. (Dias, 2016).

A Área Protegida Comunitária das Ilhas de Urok situa-se na região de Bolama-Bijagós, com uma área de 545 km<sup>2</sup>, sendo considerada uma zona de reprodução de peixes. É constituída por três ilhas que apresentam uma importante diversidade de plantas silvestres, utilizadas tanto na alimentação das populações como na medicina tradicional. A área foi reconhecida pela UNESCO em 1996, conseguida com o apoio dos técnicos nacionais e das comunidades locais, que desde o início contribuíram de forma significativa para alcançar este reconhecimento (Indjai, 2017).<sup>1</sup>

O Parque Natural dos Tarrafes do Rio Cacheu possui uma área total de 88 615 hectares, sendo um dos parques com maior concentração de mangais. Localizados no rio Cacheu, os mangais correspondem a 68% do território do parque. Este sofre ameaças relacionadas com a

---

<sup>1</sup> A 11 de junho de 2025, em Paris, foi aprovado pela UNESCO, pelo Comité do Patrimonial Mundial, na sua 47.<sup>a</sup> reunião, a constituição do arquipélago de Bijagós como património mundial da UNESCO.

sobre-exploração dos recursos pesqueiros, não existindo, até ao momento, uma política eficaz para combater a pesca ilegal ou uma infraestrutura adequada para a transformação do pescado (Camala, 2021).

O Parque Natural das Lagoas de Cufada é constituído por três lagoas – Biorna, Bidessa e Cufada – e conta com uma população estimada de 3534 habitantes distribuídos em diversas aldeias. Um dos objetivos da criação desta área protegida é o de conservar e proteger as espécies, especialmente aquelas com estatuto de ameaça. Para tal, o Estado adotou vários métodos para a preservação desta biodiversidade, sendo as comunidades locais as primeiras beneficiárias (IBAP, 2022).

O Parque Nacional de Cantanhez fica situado em Cubucaré, na região administrativa de Tombali, no sul do país, com uma área de 105 800 hectares e apresenta uma floresta rica em diversidade de espécies de animais. Nos últimos anos, conheceu um aumento populacional, sobretudo nos países vizinhos, pelo que o parque está sob uma grande ameaça, principalmente as populações de chimpanzés, de pelicanos, das aves migratórias, dos mangais, entre outros (Martins, 2019).

A Reserva da Biosfera do Arquipélago Bolama-Bijagós é uma área de características únicas a nível mundial, composta por 88 ilhas que abrigam uma grande diversidade de vida, incluindo mamíferos, aves, répteis e peixes. Além disso, é considerada uma das zonas mais importantes para a reprodução das tartarugas-verdes. Reconhecida pela UICN e pela UNESCO como reserva da biosfera desde 1996, destaca-se pela sua importância biológica e socioecológica. (A. I. Júnior, 2019).

O Parque Nacional de Dulombi integra as medidas do aumento do reforço da conservação e da proteção dos ecossistemas. O Estado guineense decretou no dia 28 de junho de 2017 o corredor ecológico Dulombi-Boe-Tchetché zona de elevada biodiversidade e área protegida devido à pressão do aumento da população e da pressão humana nesta zona de modo a proteger a zona da intensa exploração por parte da população residente (Djoló et al., 2023; IBAP, 2022a).

O Parque Nacional Boé fica situado na região de Gabu e foi criado em 2014 e mais tarde oficializado no ano 2017. É uma zona histórica da Guiné-Bissau onde foi proclamada a independência, esta área é um património natural, histórico e cultural, e rico em diversidade das espécies que ali se encontram, com um espaço onde foi realizado o Segundo Congresso do PAIGC, que culminou com a proclamação da independência da Guiné-Bissau, em 1973, e com

a criação do primeiro parlamento guineense, onde ainda existem vestígios da guerra colonial e da mata sagrada nesse local, que é visitado na maioria do ano por estudantes nacionais e internacionais (Djoló et al., 2023).

#### **1.4. Legislação ambiental das áreas protegidas na Guiné-Bissau**

Com ratificação da Convenção sobre a Diversidade Biológica, da Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento, a 27 de agosto de 1995, a Guiné-Bissau aderiu às normas comuns para todos os Estados-Membros que assinaram esta convenção, de os países cumprirem com medidas de proteção da diversidade biológica, devendo cada signatário implementar, no mínimo, 10% de áreas protegidas no seu território nacional. A Guiné-Bissau, enquanto Estado-Membro e signatária, cumpriu com esta obrigação, protegendo atualmente cerca de 26% do seu território como áreas protegidas.

O Acordo de Lomé, celebrado no Togo, resultou de várias sessões extraordinárias que reuniram os líderes de diversos países africanos para refletir sobre formas mais seguras e eficazes de promover o desenvolvimento do continente. Durante esta reunião foi debatida a temática da “segurança marítima e o desenvolvimento no continente africano”, destacando-se temas de grande relevância, como o direito marítimo, a biodiversidade marinha e a economia azul. (UA, 2016).

A União Internacional para a Conservação da Natureza foi criada em 1948 e alguns anos depois instituiu a Comissão de Parques Nacionais e Áreas Protegidas. Posteriormente, na Assembleia da União Internacional para a Conservação da Natureza, realizada na Índia, foram aprovadas várias recomendações para as áreas protegidas. Já pelo Acordo de Durban, na África do Sul, foram assumidos compromissos para a conservação da biodiversidade que constituem um alicerce fundamental para o bem-estar dos seres humanos e apresentados nove pontos que abrangem todas as formas de conservação reconhecidas pela organização (Bensusan, 2006), pelo desenvolvimento de um novo pacote estratégico com o objetivo de assegurar a inclusão de todos os países nos esforços globais de combate às alterações climáticas.

A Lagoa de Cufada é considerada uma zona húmida devido às suas características importantes reconhecidas internacionalmente para avifauna aquática pela Convenção Internacional de Ramsar (zonas húmidas de importância internacional), tendo sido inscrita no dia 15 de maio de 1990, e designada como a maior reserva de água doce da África Ocidental,

considerada como um lugar de encontro de diferentes tipos de aves durante a estação seca do ano nesta sub-região africana (Camará, 2023).

A primeira Lei-Quadro das Áreas Protegidas (LQAP) da Guiné-Bissau data de 1996 e foi mais tarde alterada através do Decreto-Lei n.º 5-A/2011, que estabelece o desenho do organigrama das áreas protegidas. Cada área protegida é criada por um decreto próprio e dispõe de órgãos específicos de acordo com cada uma dessas AP. A lei prevê três órgãos de gestão: uma Assembleia, um Conselho de Gestão e uma Direção (decreto-lei n.º 5-A / 1997).

Segundo artigo 5.º da LQAP, cada área protegida deve ter a sua classificação realizada através de um “decreto, um mapa e uma explicação anexa, cuja escala seja igual ou inferior 1/50 000, indicando os limites da área e sua zonagem”. A LQAP estabelece também diretrizes para a escolha de técnicos que devem monitorizar estas zonas de relevância ecológica, que podem ser qualificadas como «reserva natural», por terem características raras, como a existência de zonas húmidas e de flora e fauna diferenciadas (Decreto-Lei n.º 5-A/2011).

O Parque Natural das Lagoas de Cufada foi classificado pelo Decreto n.º 13/2000 de 4 de dezembro como parque natural, onde existe um Conselho de Gestão que é considerado o órgão máximo da tomada de decisão, mas em que as comunidades que vivem no perímetro do parque estão representadas ou ocupam a maior parte dos lugares nesse órgão de gestão. O parque tem como mote “Um parque da população para a população” desde a sua criação, o que mostra a importância dos habitantes na tomada de decisão (Decreto-Lei n.º 5-A/2011).

Para a proteção do meio ambiente e para cumprir com os compromissos internacionais das organizações onde está inserida a Guiné-Bissau, o Estado decretou algumas leis para a salvaguarda dos seres vivos e do meio marinho como a Lei-Quadro das Áreas Protegidas e a Lei de Bases do Ambiente apoiando a proteção do ecossistema na luta contra a poluição ambiental, servindo para regular os conflitos entre os gestores dos parques e a comunidade local, que muitas vezes acontecem entre os ocupantes tradicionais e o Estado sobre a posse da terra (Cá, 2023).

Pela Lei de Bases do Ambiente, a Lei n.º 1/2011, de 2 de março, o Estado estabelece as regras ambientais para a salvaguarda da vida humano, regulando a sociedade por uma orientação que possa controlar os recursos naturais dentro de um território. A referida Lei de Bases foi baseada na Carta das Nações Unidas que reconhece que cada estado deve criar leis para proteger e explorar os seus recursos dentro do seu território nacional (Boletim Oficial da Guiné-Bissau n.º 9 de 2011).

Com a Lei de Avaliação Ambiental, a Lei n.º 10/2010, de 24 de setembro, o Governo, como gestor das políticas públicas, tem a preocupação de minimizar os impactos ambientais para o bem-estar da população, ao poder fazer uma profunda avaliação e monitorização do meio ambiente para um melhor controlo em todo o país. O artigo 3.º desta lei expressa que “todos nós temos direito a um ambiente são” (Boletim Oficial da Guiné-Bissau n.º 38 de 2010). A Tabela 1 que se apresenta de seguida faz um resumo das principais leis e regulamentos do ambiente da Guiné-Bissau.

Tabela 1-1 – Resumo das Leis e Regulamentos ambientais da Guiné-Bissau

01	Lei de Bases do Ambiente (Lei n.º 1/2011, 2 de março)
02	Lei de Avaliação Ambiental (Lei 10/2010, 24 de setembro)
03	Regulamento de Estudo de Impacto Ambiental (Decreto n.º 7/2017, de 28 de junho)
04	Regulamento da Participação Pública no Procedimento de Avaliação de Impacto Ambiental (Decreto n.º 5/2017, de 28 de junho)
05	Regulamento de Licença Ambiental (Decreto n.º 8/2017, de 28 de junho)
06	Regulamento de Expansão Ambiental (Decreto n.º 10/2017, de 28 de junho)
07	Regulamento de Auditoria Ambiental (Decreto n.º 9/2017, de 28 de junho)
08	Regulamento de Fundo Ambiental (Decreto n.º 6/2017, de 28 de junho)
09	Proibição de fabricação, importação e comercialização de sacos de plástico (Decreto n.º 16/2017, de 28 de junho)
10	Lei das Áreas Protegidas (Lei n.º 5-A/2001, de 1 de março)
11	Corredores Ecológicos (Lei n.º 11/2017, de 20 junho)

Fonte: decretos da República da Guiné-Bissau

### 1.5. Papel das organizações não governamentais na gestão das áreas protegidas

O Estado guineense conta ainda com o apoio de ONG nacionais e internacionais para conseguir uma gestão mais eficaz pela conservação das AP, dentro do seu território nacional (da Silva, 2022). As ONG desempenham um papel importante, particularmente nas comunidades mais distantes do parque, através do desenvolvimento de projetos em prol da população, mais precisamente, nas áreas da saúde e do saneamento básico, do microcrédito, mas também no domínio da educação e da proteção do meio ambiente. Portanto, são colaboradores do Estado

que intervêm nas áreas em que o Estado não consegue dar uma cobertura total (De Barros et al., 2024).

Além das ONG nacionais, existem as internacionais que colaboram com o IBAP na gestão das áreas protegidas, tais como a FIBA, a CBD-Habitat, a Conservation e a Monte ACE, que atuam principalmente nas áreas de intervenção e de gestão das AP. Destacam-se ainda a Wetlands International e o Fundo Mundial para a Natureza, que têm como principais áreas de atuação a pesca e a sua monitorização (IBAP, 2014).

As ONG apoiaram desde sempre o Estado guineense através do envolvimento participativo da comunidade sobre a utilização racional do meio ambiente. Desde 1990, a Tiniguena e outras como a Ação para o Desenvolvimento têm lutado pela defesa dos ecossistemas e da valorização da comunidade (Có & Silva, 2019). Considerado que o país é rico em termos de biodiversidade, o envolvimento da comunidade local na atividade de monitorização tem grandes vantagens, particularmente quando se trata da vegetação florestal sendo sobretudo importante para o sucesso das medidas de conservação pois esta colaboração com as autoridades na preservação do ambiente ajuda à identificação de práticas ilegais que ocorrem dentro do parque (Catarino, 2019).

As redes de ONG guineenses que atuam diretamente no apoio às AP no país desempenharam, desde o início, um papel fundamental no desenvolvimento destas áreas. São parceiras na gestão dos recursos naturais e algumas atuam em áreas específicas, como é o caso da ONG Tiniguena, que ajuda na sensibilização, criação e gestão das áreas marinhas protegidas. A ONG Ação para o Desenvolvimento atua na zona do Parque Natural dos Tarrafes do Rio Cacheu e do Parque Natural de Cantanhez. No Leste, a ONG Daridibó trabalha em colaboração com a Fundação Chimbo na sensibilização e proteção dos chimpanzés no Parque Natural Boé. A Organização para a Defesa e Desenvolvimento das Zonas Húmidas da Guiné desenvolve a sua ação nas zonas húmidas do território (IBAP, 2014).

As AP no país sob a gestão do IBAP contam com o apoio de vários financiadores, através de diferentes projetos. Entre os principais estão o Global Environment Facility (GEF), o Banco Mundial, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, a Fundação MAVA, a União Europeia, a Agência Espanhola de Cooperación Internacional para el Desarrollo (AECID) e a Iniciativa LifeWeb (IBAP, 2014).



## CAPÍTULO 2

### MÉTODOS E MATERIAIS

Para analisar a gestão das áreas protegidas na Guiné-Bissau e com o foco no PNLC, seguiram-se os seguintes procedimentos metodológicos que visaram alcançar os objetivos de pesquisa. Aplicou-se a abordagem qualitativa que se baseia no aprofundamento do entendimento de um grupo social sobre uma determinada questão (Gerhardt & Silveira, 2009). A pesquisa qualitativa estabelece uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, centrando-se na interação entre a realidade objetiva e a subjetividade do indivíduo, sem recorrer a dados numéricos. Ela fundamenta-se na interpretação dos factos e na atribuição de significados (Da Silva & Menezes, 2005).

O método qualitativo procura compreender o fenómeno que se pretende estudar através da observação da vivência dos diferentes atores; pela análise de documentos, por entrevistas com especialistas e com grupos das pessoas da área temática em questão. Este método enquadra-se na recolha de informações para responder às perguntas de pesquisa (Patias & Hohendorff, 2019).

Portanto, os dados obtidos na pesquisa qualitativa resultam de descrições aprofundadas de situações, com o objetivo de compreender os indivíduos a partir da sua própria perspetiva, o que exige ao pesquisador flexibilidade e criatividade, tanto na recolha quanto na análise das informações (Goldenberg, 2011).

Também foi aplicado o método bibliográfico através da revisão de literatura que consistiu na pesquisa a partir dos dados já existentes procurando responder a questões específicas dentro de um determinado campo de conhecimento. Para isto realizou-se uma análise criteriosa de materiais textuais disponíveis, como livros, registos históricos, documentos oficiais, teses, dissertações, artigos publicados em revistas e jornais (Sampaio, 2022).

A economia azul visa a criação de mecanismos para a promoção de novas ideias através das políticas traçadas, com o objetivo de fomentar o investimento e aumentar a produtividade. Além disto, procura criar parcerias nos negócios para gerar emprego e proporcionar o crescimento económico, enquanto promove a prevenção do impacto ambiental. Este processo abrange todas as atividades realizadas no mar, bem como algumas atividades que lhe estão relacionadas, mas que estão de alguma forma ligadas ao crescimento sustentável. O Estado

guineense deve adotar medidas preventivas em todas as áreas marinhas protegidas do país (Alves, 2022).

O modelo da economia azul para a África, especialmente para a Guiné-Bissau, deve ser baseado na realidade africana e guineense, de modo a ser escolhido um modelo que se adequa às condições do território. Para isso, o governo guineense deve convidar todos os atores nacionais e internacionais que atuam nesta área para desenvolver uma estratégia que aborde o setor ao longo dos próximos anos, com foco particular nas pessoas que atuam na pesca informal, especialmente aquelas que a praticam para subsistência. Devem ser tidas em conta as tradições e a cultura guineense de modo a conseguir alcançar um desenvolvimento sustentável e transformar os recursos marítimos da Guiné-Bissau de forma eficaz (ENPIEA, 2024).

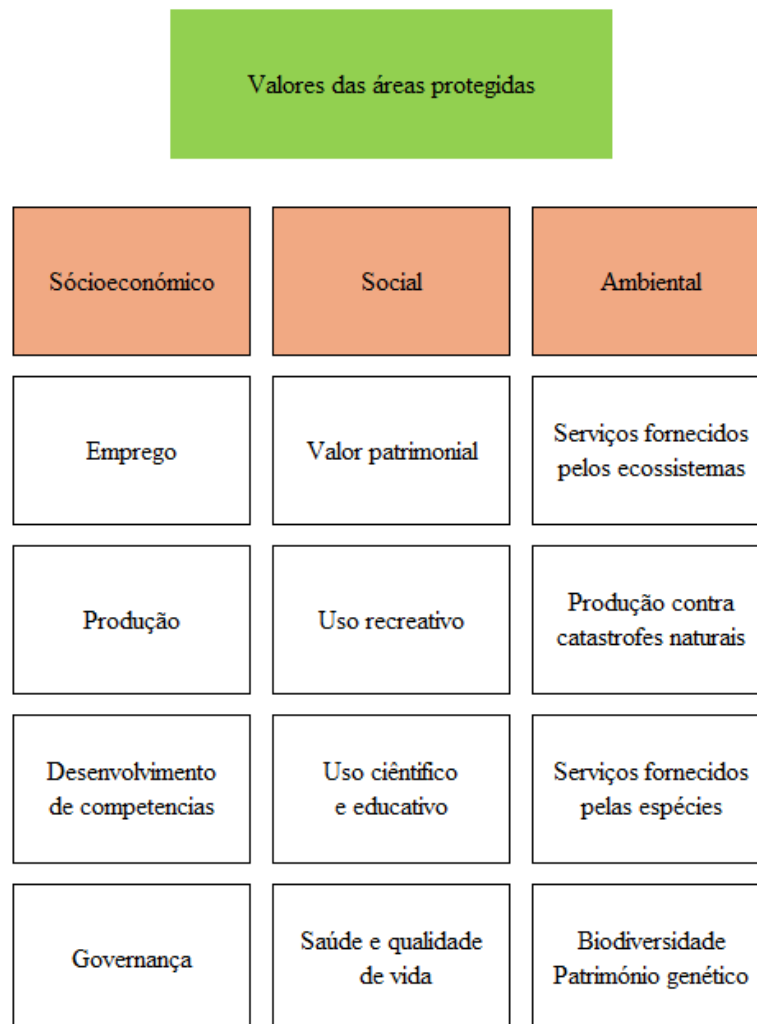


Figura 0-1 - Valores das áreas protegidas  
 Fonte: Adaptado de EAA (2012:25) in Carvalho & Alves (2021a).

## **2.1. Área de estudo**

### **2.1.1. Parque Natural das Lagoas de Cufada**

O Parque Natural das Lagoas de Cufada (PNLC) fica situado no sul da Guiné-Bissau, na região administrativa de Quinara, e localiza-se entre o rio Grande de Buba e o rio Curubal. É considerado uma das maiores reservas de água doce no país e foi classificado como sítio Ramsar (zona húmida de importância mundial), sendo constituído por três lagoas: a Biorna, a Bidassa e a própria Cufada com uma grande diversidade de animais e plantas (Catarino, 2019).

O PNLC foi oficialmente instituído pelo Decreto nº 13/2000, publicado no Boletim Oficial da República da Guiné-Bissau. Essa zona é conservada para proteção do meio ambiente e das aves migratórias e composta por um variado ecossistema terrestre e aquático com uma rica biodiversidade, objetivando a salvaguarda das espécies animais e da vegetação face às ameaças (Camará, 2023a). Possui um plano de monitorização que ajuda a gestão do parque e conta com o apoio da comunidade local no âmbito do projeto S-SNOP. Em algumas das áreas supervisionadas, a gestão das florestas foi classificada pela observação do solo dos anos de 2002 ao de 2017, cujos resultados ajudaram na tomada de decisão pela conservação da floresta (Catarino, 2019). O PNLC tem uma área aproximadamente 700 km<sup>2</sup> habitada por diferentes grupos étnicos da Guiné-Bissau, sendo os mais dominantes os Balantas, os Fulas, os Mandigas, os Nalus e os Beafadas, distribuídos por 36 aldeias, que praticam atividades económicas como a agricultura, a exploração da floresta, a pesca artesanal, mais frequente no rio Grande de Buba (Rosa & Crespo, 2004).

Ao longo do muito tempo que o PNLC esteve em estudo por ser uma área húmida, ter uma paisagem natural com floresta pluvial, lugar da maior reserva de água doce na região da África Ocidental, e abrigo para aves de muitas espécies nas suas rotas migratórias, sendo reconhecido como o primeiro sítio Ramsar da Guiné-Bissau, a 15 de maio de 1990. O processo em curso de atualização da gestão é apoiado por parceiros internacionais como a União Europeia, através do Fundo da Iniciativa Global para a Mudança Climática (GCCA+) (IBAP, 2022a).

O Conselho de Gestão do PNLC é composto por 26 membros, dos quais 13 representam as diferentes comunidades, e os restantes representam a administração local, as organizações não governamentais e o setor privado. Antes das reuniões do Conselho de Gestão, as comunidades reúnem-se e depois levam as suas propostas às ditas reuniões do Conselho de Gestão, em que

participam os 26 membros e que são transmitidas na rádio comunitária como forma de informar a comunidade sobre os problemas que o parque enfrenta e as soluções propostas (IBAP, 2022b).

O IBAP, no quadro de microprojetos de melhoria da vida das populações das comunidades que vivem no PNLC, realiza várias atividades sociais para apoiar a comunidade local, visando a redução do seu impacto ambiental, bem como os projetos de construção de escolas, recuperação das salas de aulas, poços de água, reabilitação da bolanha de água salgada, criação de animais, construção de pontes, horticultura, apicultura, e produção de óleo de palma (CIPA, 2019).

As três lagoas são consideradas como uma fonte de rendimento e sustento para a comunidade local onde a maioria da população exerce as suas atividades socioeconómicas, como a pesca, que se realiza com maior frequência nas tabancas de Bedasse e Biorna. Entretanto, o plano de gestão do PNLC tenta identificar as causas das ameaças dentro do parque para desenvolver um método mais eficaz para minimizar alguma da atividade que não ajuda ao desenvolvimento e à proteção desta zona, por exemplo a localização das zonas onde vivem alguns dos habitantes; o desencorajar dalgumas práticas, como caça abusiva e a pesca ilegal (IBAP, 2022a).

### **2.1.2. Regulamento Interno do Parque Natural das Lagoas de Cufada**

Como resultado do plano técnico de gestão do IBAP para o PNLC, foram criadas três zonas dentro do parque para conservar e combater práticas ilícitas: a zona de desenvolvimento sustentável, a zona de tampão, a zona de preservação, contando com um método mais eficaz para o seu desenvolvimento sustentável (IBAP, 2022a). Segundo o regulamento do PNLC, as principais zonas de preservação integral desta área são consideradas áreas de elevada importância de biodiversidade que contam com extensas florestas, onde não é permitida a realização de atividades económicas nem a construção de edificações visíveis. (RIPNLC, 2011).

### **2.1.3. Zonagem**

A importância da zonagem dentro deste e dos restantes parques guineenses tem a ver com o objetivo de gerir a ação do homem, como a caça, a pesca, o corte de madeira e a agricultura para reduzir o seu impacto no ecossistema. As propostas para criar as zonas levaram a conversas e negociações com as comunidades locais para se encontrar soluções para a proteção do meio

ambiente e a manutenção equilibrada da atividade humana de forma sustentável. A proposta baseia-se em definir três zonas: de preservação (proteção completa do ecossistema), de conservação (atividades humanas de baixo impacto), e de desenvolvimento sustentável (práticas agrícolas em harmonia com a conservação do ambiente) (IBAP, 2008).

O IBAP, entre 2008 e 2018, estabeleceu um plano de gestão para a proteção do PNLC para a proteção dos recursos naturais e a sua utilização equilibrada e sustentável no interior do parque. Projetou assim três zonas com diferentes níveis de proteção e utilização (IBAP, 2022b): uma zona de preservação integral (zona central) com sua área geográfica de 419,18 km<sup>2</sup>; uma zona de tampão (conservação) com 41,01 km<sup>2</sup>; e uma zona de desenvolvimento sustentável (exploração controlada), com 260,56 km<sup>2</sup>.

O novo Plano de Gestão do PNLC deve considerar o plano de zonagem atual do parque, na qual existem três zonas distintas, i) a zona de preservação integral (zona central); ii) a zona tampão e a iii) zona de desenvolvimento sustentado (exploração controlada) delimitadas há muito tempo com a participação da população residente, e que vêm sofrendo alguma pressão resultante do avanço da frente agrícola e em especial da expansão do cultivo do caju, nomeadamente nas zonas de desenvolvimento (ou de exploração controlada) e que tem vindo a contribuir para a fragmentação dos ecossistemas florestais e o assoreamento das lagoas, afetando gravemente as zonas tampão e de preservação integral, pondo em risco as funções ecológicas destas zonas, afetando de forma considerável a conservação da biodiversidade do PNLC.

O sistema de zonamento procura delimitar a ação humana e a preservação do ecossistema no parque. Cada zona é classificada segundo a sua natureza de conservação: (i) a zona de preservação integral; (ii), a zona de exploração controlada, que está devida em dois setores, «a» e «b» (Camará, 2023a).

A zona de preservação integral é considerada como a zona mais rica e com a maior diversidade biológica, por exemplo, os ecossistemas aquáticos, onde não é permitida atividade económica, edificação, atividades agrícolas ou pesca, nem ritos tradicionais (artigo n.º 5 do Regulamento interno PNLC 2011) (RIPNLC, 2011).

As zonas de transição são de passagem entre as zonas de prevenção integral e as zonas de desenvolvimento sustentado, onde é permitido exercer algumas atividades humanas controladas de baixo impacto que não prejudiquem gravemente o meio ambiente da zona (artigo n.º 7 Regulamento interno PNLC 2011) (RIPNLC, 2011).

Zona de desenvolvimento durável é considerada como uma zona de uso livre, onde é permitido exercer atividades económicas pela comunidade local, como a agricultura e a pesca, os ritos e os costumes tradicionais. São também emitidas licenças para o exercício destas atividades por pessoas estrangeiras, por um período de 12 meses, que podem ser de cinco anos. O uso do solo é permitido num raio de até 2 km, de acordo com o estabelecido pela autoridade competente, conforme o artigo n.º 8 do Regulamento Interno do PNLC 2011 (RIPNLC, 2011).

Pela observação do mapa que se segue (figura 2-2) podem ser identificadas as zonas de preservação, as zonas de preservação integral, as zonas de tampão, as zonas de lagoas, as delimitações dos parques e das estradas, e os postos dos guardas, as tabancas, e os setores (RIPNLC, 2011).

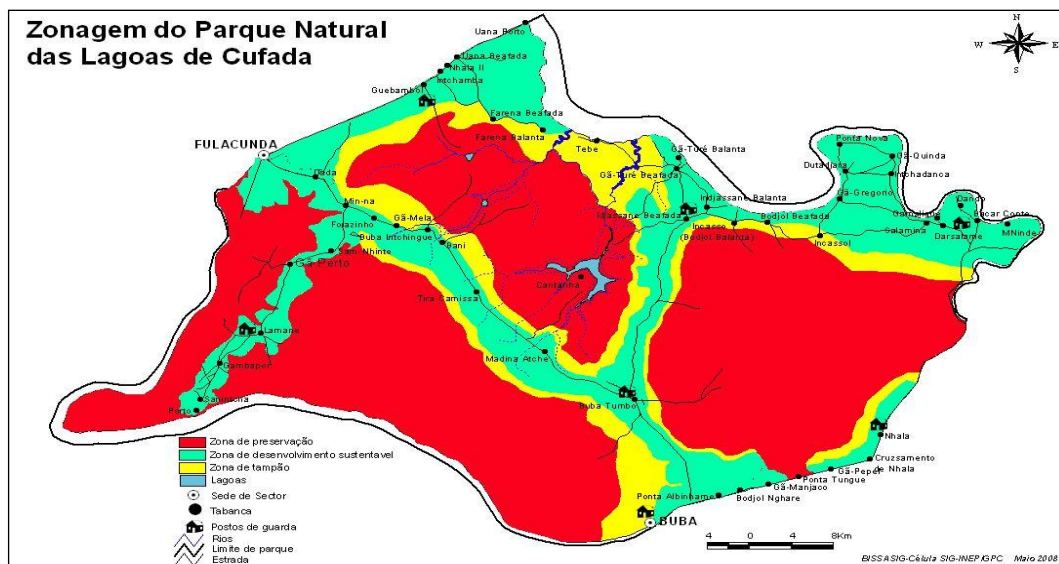


Figura 0-2 – Mapa do Parque Natural das Lagoas de Cufada

Fonte: IBAP (2022)

É ao Conselho de Gestão que cabe gerir o parque e que se reúne em assembleia uma vez em cada seis meses, por convocatória do presidente ou de um dos membros da direção. A reunião normalmente é na sede. Os elementos que participam na assembleia têm os seus substitutos, no caso de algum impedimento deles e poder acontecer a reunião da mesma forma (artigo 16.º).

De acordo com o artigo 17.º, os parques contam com um guarda do parque que tem a mesma função que a do guarda-florestal, cuja missão é proteger e salvaguardar o meio ambiente e denunciar as ameaças e usos abusivos.

#### **2.1.4. Impacto ambiental sobre a lagoa de Cufada**

Um dos problemas que ameaçam o parque é o fator de instabilidade institucional da Guiné-Bissau, que afeta diretamente pelo incumprimento do sistema judicial no país. Assim as atividades mais frequentes dentro do parque são a agricultura e a pecuária, a extração de produtos florestais, a caça, e o fabrico de produtos artesanais, devido à falta de cumprimento de regras pela comunidade local sobre a prevenção e a proteção do meio ambiente, mas que o IBAP acaba por ter falta de capacidade para fiscalizar e impor as regras (Catarino, 2019).

As espécies do habitat estão ameaçadas devido ao desmatamento e à queima da vegetação para o cultivo do caju, pois esta prática pode levar à extinção de algumas espécies. Entre as espécies mais afetadas encontram-se os chimpanzés, os macacos, os bovinos, a avifauna aquática, a avifauna florestal, os mamíferos em geral e diversos organismos aquáticos. (IBAP, 2022a).

Também a construção de uma central termoelétrica na cidade de Buba aumentou o nível da poluição no PNLC. O objetivo deste trabalho é entender as preocupações socioeconómicas e ambientais da comunidade local, na fase embrionária deste projeto, e para isso foram entrevistados alguns membros da população que se mostraram em desacordo com a sua implementação, porque ele vai prejudicar o meio ambiente terrestre e o aquático (Sambú, 2021).

O crescimento da população nas comunidades do parque (Buba e Fulacunda) está a aumentar a pressão sobre a biodiversidade a que acresce a demanda sobre o meio ambiente na procura de bens alimentares e pela própria atividade económica que pode provocar a escassez e a degradação no meio ambiente do parque (Airaud et al., 2019).

Em toda a parte as AP guineenses sofrem ameaças devido a vários motivos, seja por parte das comunidades locais ou através de projetos vão exercer atividade dentro de parque, como na construção de um grande porto no rio Buba, que no início levou ao desmatamento para a construção de uma estrada, e à venda de terrenos para construção de casas em locais inapropriados, como frequentemente acontece com as populações que tradicionalmente ali habitam. (Amaro, 2011)

A biodiversidade também sofre uma grande pressão devido à entrada de cidadãos dos países vizinhos, como os do Senegal e os da Guiné-Conacri, nos últimos anos. A presença destas populações tem resultado no desaparecimento de alguns núcleos densos de floresta, na fragmentação dos habitats e na erosão do solo. A população local, para garantir a sua

sobrevivência, recorre a métodos que permitem obter recursos de forma mais rápida, o que agrava ainda mais a degradação ambiental (RGBSEA, 2016).

A exploração dos recursos lenhosos está a impactar diretamente o PNLC, contribuindo ainda mais para a degradação ambiental. A exploração ilegal da terra para fins agrícolas afeta diretamente o meio ambiente pois esta prática contribui significativamente para a instabilidade dos ecossistemas, provoca a migração de espécies animais, a perda de espécies raras e influencia negativamente as alterações climáticas (Amaro, 2011).

A prática da cultura do caju, que nos últimos anos se tornou a atividade económica mais importante da economia da Guiné-Bissau, por todo país e na maioria das aldeias, a população, antes de fazer a plantação, derruba árvores e procede a uma queimada para criar zonas onde a agricultura se torna possível, impactando negativamente no ecossistema. Nos últimos tempos a prática do cultivo do arroz e da mandioca ganhou domínio, pois cresceu a procura dos mercados por estes produtos e, conseqüentemente, aumentou ainda mais pressão por solos onde a agricultura seja possível (Seca, 2020).

### **2.1.5. Floresta**

A floresta do PNLC foi caracterizada com base em vários estudos de monitorização realizados nesta área geográfica. Segundo dados de 2018, a vegetação da região é composta por floresta aberta, formada por grandes árvores de seibe (pó de sangue) e polão, sendo que a maioria destas espécies se encontra concentrada no sul do país (Plano de Gestão de PNLC 2022-2030), e savana nas zonas de solo seco. No entanto, durante certos períodos do ano, o solo torna-se húmido ao estabelecer uma ligação hidrológica com o rio Curubal e o rio Grande de Buba.

A área florestal é um espaço de grande importância para a vida dos seres humanos, pois dela as populações retiram alimentos, folhas, raízes e caules utilizados na medicina tradicional. Além disto, a floresta contribui significativamente para a manutenção de uma vida saudável, através da regulação dos níveis de dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>) na atmosfera. No entanto, algumas práticas agrícolas realizadas pelo ser humano, como o abate de árvores, a queima de vegetação e o cultivo intensivo, são responsáveis por uma elevada libertação de carbono, podendo atingir entre 90% e 100% das emissões em determinadas áreas (Amaro, 2011).

O PNLC é constituído por uma floresta muito rica e diferente das outras florestas da sub-região. Está implantada numa área húmida, de características raras, com um clima que favorece a regeneração e a reflorestação natural das plantas. É muito rica em biodiversidade,

principalmente nas zonas de floresta, que compõem uma paisagem natural de muito valor (Martins, 2019).

A floresta do PNLC é caracteristicamente tropical e tem um papel crucial na regulação do clima. Não só garante formas de subsistência à população humana ali instalada, como contribui para a conservação das lagoas. Pode ser denominada floresta pluvial, com abundante e diversa fauna e flora. O clima desta zona é preponderante para os ciclos de vida das várias espécies, que procuram refúgio nas zonas mais densas e afastadas do parque (Conde et al., 2017).

A Guiné-Bissau acolhe diferentes formas de vida nas suas florestas, o que reflete a sua rica diversidade de ecossistemas. Conta com cerca de dois milhões de hectares de cobertura florestal, mas, no entanto, nos últimos anos, as ações humanas têm afetado diretamente o meio ambiente, sobretudo através da poluição e da fragmentação dos habitats provocadas pela expansão agrícola. Apesar destes desafios, as florestas continuam a oferecer recursos essenciais para a sobrevivência das populações autóctones, além de representarem um importante campo para a investigação científica (Monteiro, 2024a).

A floresta da região tem características muito diversas com múltiplas espécies de árvores e plantas herbáceas. Em conjunto, o clima, o solo e as formas de utilização do território são partes importantes para a sua diferenciação em relação a outras áreas. A sua localização geográfica é também decisiva, porque permite às espécies animais que se sintam ameaçadas poderem procurar lugares mais seguros. O parque faz fronteira com países vizinhos, sobretudo na região da lagoa de Cufada, pelo que é importante reforçar cooperação com aqueles países para a proteção das espécies e a preservação do meio ecológico (Catarino, 2019).

#### **2.1.6. Atividade económica dentro do parque**

As atividades económicas mais frequentes dentro do Parque Natural das Lagoas de Cufada incluem o cultivo do caju, a caça, a pesca, a recolha de produtos florestais e a criação de animais. Embora cada etnia desenvolva com mais frequência determinadas atividades específicas, a maioria utiliza métodos tradicionais para a exploração dos recursos naturais. A produção de arroz é uma prática comum, sendo que grande parte da população residente se dedica à agricultura de subsistência. Em algumas zonas, pratica-se também cultura de cereais, como o milho e outros grãos locais (Costa et al., 2001 em IBAP, 2022b).

A exploração de produtos lenhosos é também uma das atividades socioeconómicas mais importantes destas comunidades, pois gera mais rendimentos para a população. Esta atividade

incluiu o corte de madeira, o derrube de estipes de cibe (*Borassus aethiopum*) para construção de habitações, extração de óleo de palma e de vinho de palmeira, e plantação de caju, que nos últimos anos tem sido uma das atividades mais lucrativas para a população rural.

Como é notório, cada grupo étnico na Guiné-Bissau tem os seus usos e costumes e o mesmo acontece com os que vivem nesta zona. Estas populações mantêm as práticas: os Biafadas e os Fulas são conhecidos como os povos que mais praticam a caça dentro do parque, embora todas as outras o façam. Os povos que vivem mais próximos da lagoa, como os Beafada, os Balantas, os Papeis, os Mandingas, os Fulas e os Mancanhes praticam a pesca no rio Grande de Buba e no rio Curubal com mais frequência, dada a importância desse lugar (Costa et al. 2001 em IBAP, 2022b).

Na área geográfica do parque, a criação de animais é uma prática muito comum entre os residentes, como é o caso dos Balanta, que são conhecidos por pastorearem gado e criarem galinhas e cabras. Esta atividade é aceite dentro do parque e é mais frequente nas povoações junto aos rios. Os produtos resultantes destas atividades são trocados ou vendidos nas feiras semanais (lumo) (Catarino, 2019).

## **2.2. Recolha de dados**

A recolha de dados da pesquisa baseou-se nos métodos adaptados ao contexto. Portanto, o trabalho seguiu duas fases distintas: na primeira foi feita a pesquisa bibliográfica onde foram consultados alguns documentos relacionados com o tema de gestão das AP, nomeadamente os relatórios e atas das reuniões do IBAP, através dos contactos com técnicos; teses e dissertações, artigos disponíveis na Net, e através de pesquisas no Google Académico. A segunda fase do trabalho começou com uma carta dirigida à Direção do IBAP pedindo permissão para entrevistar alguns dos técnicos. Depois de receber a autorização, procedeu-se às entrevistas estruturadas com os técnicos previamente selecionados, mas também com outras pessoas que não pertencem à estrutura do parque, incluindo ambientalistas e membros da comunidade residente.

A entrevista é uma técnica de recolha de dados muito utilizados em Ciências Sociais. O autor Da Silva (2011) distingue três tipos de entrevista: estruturada, semiestruturada e aberta. Para se conseguir dados mais fidedignos, a entrevista deve estar associada a outros métodos, como a pesquisa bibliográfica e a observação de campo, bem como a técnicas como grupos de

especialistas. A definição do problema de investigação deve ser acompanhada de uma análise crítica das suas dimensões positivas e negativas (da Silva et al., 2011).

É a técnica que mais se utiliza na recolha de dados durante o trabalho de campo, sendo fundamental para a obtenção de informações tanto as objetivas quanto as subjetivas sobre um determinado fenómeno (Batista et al., 2017). Para estes autores, a entrevista trata-se de uma forma de interação entre duas ou mais pessoas, por meio da qual o pesquisador procura compreender diferentes perspetivas e experiências.

O guião de entrevista foi dividido em três partes: a primeira, direcionada para os técnicos do parque; a segunda, para a comunidade local; e a terceira, para algumas pessoas que não são apenas residentes, mas também representantes das comunidades junto ao parque. A entrevista incidiu sobre o saber como acontece a aplicação da lei no parque e os desafios ali enfrentados (ver o guião da entrevista, p. 59). Na entrevista, os entrevistados são abordados de acordo com a sua ligação ao parque. Assim, as perguntas são diferenciadas conforme o grupo de destino: um conjunto de perguntas é dirigido aos membros do Conselho de Gestão, outro à comunidade residente, outro aos técnicos do IBAP e outro ainda aos ambientalistas.

As entrevistas foram precedidas pela elaboração dos questionários como mecanismos de recolha de informação por via de diferentes opiniões do que se pretende estudar, que vão permitir fazer uma análise aprofundada do tema e possibilitar ao investigador fazer a recolha de informação e ajudar na tomada de decisão para atingir os objetivos planeados (Maciel et al., 2019).

Para a elaboração de um questionário deve-se estudar bem a área a investigar para as perguntas poderem ser planeadas de forma clara utilizando linguagem simples, ligando as perguntas aos objetivos da investigação, às hipóteses, à escala de resposta às questões e aos métodos para analisar os dados daí recolhidos (Hill & Hill, 1998).

De salientar que as entrevistas foram realizadas à distância recorrendo ao telemóvel. A entrevista via telefone é um dos métodos que tem sido utilizado, sobretudo desde a pandemia da covid-19, quando a restrição de movimentos levou muitos investigadores decidir utilizar esta forma de recolha de dados para conseguir alcançar os seus objetivos (Mendez et al., 2021). Numa nova era motivada pela tecnologia digital, está mais facilitada a obtenção de informações mesmo em tempo real, levando a que os investigadores sejam mais flexíveis e minimizem os custos (A. R. F. Júnior et al., 2022).

Deste modo, foram realizadas entrevistas com 12 indivíduos, incluindo 10 do sexo masculino e dois do sexo feminino, sendo três técnicos do IBAP, dois funcionários do PNLC, um ambientalista, quatro membros do Conselho da Comunidade e dois moradores, que representaram a comunidade local. Para as entrevistas, foi utilizado o telemóvel em modo de gravação para o registo magnético das conversas com consentimento dos entrevistados, uma vez que as questões éticas são fundamentais na condução de uma pesquisa. E foi utilizado um computador para a transcrição das entrevistas. De salientar que os dados obtidos através das entrevistas ficaram em anonimato e depois da transcrição e da codificação, o registo das entrevistas foi apagado.

O critério utilizado na escolha da população foi o universal, foram sendo selecionadas algumas tabancas próximas da cidade de Buba para a realização das entrevistas. Nesta seleção, foram escolhidas quatro tabancas. Nestas tabancas, os entrevistados foram pessoas com conhecimentos sobre o funcionamento do PNLC, incluindo alguns membros fundadores e residentes. Os restantes participantes foram selecionados com base nas funções que desempenharam na área protegida. Cada população representa uma parte do todo. Devido à limitação de recursos, optou-se por realizar uma seleção de amostras em cada tabanca (Dos Santos, L. C. Pesquisa Científica: universo/população, amostra e critério amostral).

Durante a fase da recolha de dados, deparei-me com uma grande dificuldade, que teve início com a impossibilidade de me deslocar para Bissau, devido à falta de renovação do título de residência. Perante esta situação, optou-se por utilizar um método alternativo que exigisse menos recursos, recorrendo-se a entrevistas telefónicas. Foram selecionadas algumas tabancas próximas da cidade de Buba, tendo sido escolhidas quatro, apesar de inicialmente se ter previsto entrevistar oito. A seleção foi limitada pela distância e pela escassez de recursos disponíveis.

Durante a realização das entrevistas, enfrentei alguns problemas de comunicação relacionados com a fraca cobertura da rede móvel, uma vez que se tratava de uma tabanca com dificuldades de acesso ao sinal. A estrada que dá acesso à localidade é em terra batida, o que dificultou ainda mais a deslocação. A pessoa responsável por levar o telefone até à tabanca teve de percorrer uma certa distância de mota. Em algumas ocasiões, marquei entrevistas que não puderam ser realizadas devido à indisponibilidade do meio de transporte.

As populações das tabancas selecionadas foram informadas, com uma semana de antecedência, sobre a realização das entrevistas via telefone. No dia agendado, quando as chamadas foram efetuadas, os participantes já se encontravam reunidos e à espera.

### **2.3. Análise de dados**

Os dados foram analisados através dos mecanismos apropriados para tal. Após a transcrição das entrevistas, os dados foram codificados em E1, E2, E3, E4, E5, E6, E7, E8, E9, E10, E11 e E12 (de acordo com o número de entrevistados) de modo a facilitar a análise e a interpretação utilizando o programa Maxqda, uma ferramenta de grande utilidade para análise de dados qualitativos.



## CAPÍTULO 3

### RESULTADOS

#### **3.1. História da criação do Parque Natural das Lagoas de Cufada**

Mesmo antes da criação do PNLC, já existiam comunidades humanas estabelecidas na região que ali continuam a viver e a retirar do parque o seu sustento. Foram conduzidos diversos estudos para avaliar o potencial da área como viveiro e reserva especial de fauna e flora de características únicas que ali são abundantes. Estes estudos evidenciaram a necessidade de instituir um parque para a proteção da área. Entre 1946 e 1990, uma série de pesquisas demonstrou a relevância da lagoa de Cufada para a avifauna migratória, qualificando-a como uma zona húmida de importância internacional. Com base nestes resultados, foi criada uma reserva de caça no seu perímetro. Entre 1984 e 1998, novas investigações culminaram na criação oficial do Parque Natural das Lagoas de Cufada (PNLC), formalizada pelo Decreto nº. 13/2000. Ainda antes da sua criação formal, a área já havia sido reconhecida como sítio Ramsar em 1990, tornando-se o primeiro local da Guiné-Bissau com esta classificação internacional.

A Lagoa de Cufada abriga uma diversidade significativa de aves, incluindo mais de 2000 pelicanos, consolidando-se como um importante reservatório de biodiversidade. A presença da água doce na sub-região foi um dos fatores determinantes para a criação do parque, processo este desenvolvido em estreita concertação com as comunidades locais, após aproximadamente cinco anos de ações de sensibilização.

Durante este período procurou-se demonstrar às comunidades os benefícios da criação do parque, destacando que o PNLC não tem por objetivo impedir o exercício das atividades tradicionais das populações, mas sim orientá-las. Um dos principais propósitos do parque é indicar às comunidades os locais e as formas adequadas de trabalho, de modo a evitar a ocupação de zonas críticas para a avifauna. Além disso, é fundamental promover a orientação sobre práticas sustentáveis de caça e de outras atividades, garantindo a preservação da biodiversidade local. O parque foi instituído para regulamentar as atividades humanas na região, assegurando a conservação sustentável dos seus recursos naturais.

### **3.2. Administração do Parque Natural das Lagoas de Cufada**

O PNLC é administrado pelo Instituto da Biodiversidade e das Áreas Protegidas (IBAP) e conta com uma direção própria. A equipa administrativa do parque é composta por 18 membros, incluindo o diretor do parque, um diretor adjunto, guardas do parque, um condutor logístico, guardas diurnos e noturnos na sede, além de pessoal de limpeza. O Conselho de Gestão é o principal órgão decisório do parque, contando com ampla representação da comunidade local, que compõe a maioria dos seus membros.

A gestão do parque integra tanto o poder tradicional quanto o poder administrativo local, envolvendo setores como a pesca, a agricultura, a saúde e a educação, que representam diferentes identidades no conselho de administração. A direção do PNLC orienta a gestão, que desde antes da sua criação formal já dialogava com as comunidades da área por meio de estudos e processos participativos.

A participação comunitária é estruturada por meio do Conselho Comunitário de Gestão, cujo quadro é composto por 50% de representantes das comunidades locais e 50% de membros de outras instituições, nomeadamente o IBAP; as delegacias das Florestas, do Turismo, da Agricultura e da Pesca; as ONG; e o setor privado. A escolha dos representantes comunitários não é feita pela direção do parque, mas sim pelas próprias comunidades, que selecionam pessoas de confiança e preparadas para representar suas tabancas (aldeias), com mandato de cinco anos e com a designação de suplentes.

O parque é dividido em sete unidades de gestão, cada uma agrupando entre sete e oito aldeias, que elegem um representante para o Conselho de Gestão do PNLC. Inicialmente, foram identificadas 33 tabancas na área do parque, mas levantamentos recentes indicam que este número aumentou para entre 50 e 66 tabancas, atualmente integradas. Cada tabanca possui um conselho local que realiza reuniões internas para escolher representantes para as reuniões gerais do conselho, considerando critérios de género que promovem a representatividade e a igualdade.

Atualmente, o Conselho de Gestão do PNLC enfrenta desafios relacionados à atualização do regulamento interno, que data de 2011 e que ainda não foi revisto, e à renovação dos seus membros. Embora o mandato ideal dos representantes seja de cinco anos, este ciclo nem sempre tem sido respeitado, e a última nomeação formal ocorreu há mais de cinco anos. A continuidade dos membros depende muito do desempenho e da avaliação da comunidade, que pode optar por reconduzir os seus representantes. De acordo com o entrevistado E1: “Durante o nosso

mandato, não foi possível avançar com a renovação do Conselho, mas com a nova liderança estão sendo realizados esforços para reorganizar e tornar a gestão do parque mais eficaz e participativa”.

Além da direção e das comunidades locais, o parque conta com o apoio de algumas entidades, como o Banco Mundial, que contribuem para atividades específicas. O processo de comunicação com as comunidades envolve a convocação dos chefes das tabancas para reuniões, onde são repassadas informações e orientações recebidas da direção do parque.

A seleção dos membros do Conselho baseia-se em critérios como a naturalidade, a capacidade de transmitir as demandas comunitárias e a aptidão de leitura. Os membros podem ser substituídos por motivos como idade avançada, doença, morte, incapacidade de comunicação ou conduta inadequada, como entrar em áreas proibidas.

Um desafio significativo para a conservação da lagoa de Cufada está relacionado com a nomeação dos governadores, cargos geralmente ocupados por indicação política, sem critérios técnicos, o que compromete a gestão ambiental. A construção recente de uma central elétrica para abastecer a cidade de Buba, sem estudos de impacto ambiental, exemplifica como as decisões políticas podem prejudicar a integridade ecológica da lagoa, que possui valor internacional reconhecido, por exemplo, pela sua classificação como sítio Ramsar. Portanto, para garantir resultados positivos, é fundamental que os governadores sejam técnicos qualificados, com consciência ambiental e comprometimento político. Caso contrário, decisões baseadas em favoritismos e interesses partidários continuarão a comprometer a conservação.

A lagoa de Cufada enfrenta crescente aquecimento e pressões ambientais. O IBAP tem desenvolvido estudos e propostas técnicas, mas a falta de continuidade estatal e a limitação das autoridades locais dificultam o avanço destas iniciativas. A conservação do parque requer o engajamento de todos os atores envolvidos para assegurar que as futuras gerações possam herdar, beneficiar e conhecer este ecossistema tão relevante.

### **3.3. Conflitos entre o Parque Natural das Lagoas de Cufada e as comunidades locais**

Na gestão do parque existem alguns conflitos ocasionais entre os membros das comunidades e os guardas do parque, mas geralmente eles são resolvidos durante as visitas de sensibilização, com maior entendimento e diálogo. Anteriormente, os casos de infração eram diretamente encaminhados às autoridades estatais, mas atualmente as comunidades têm uma participação mais ativa na resolução destas questões, embora ainda se recorra à autoridade do Estado.

As comunidades residentes no PNLC estão bem informadas sobre o funcionamento do parque, compreendendo as regras vigentes, reconhecendo os benefícios de viver numa área protegida e participando ativamente na sua gestão. De facto, muitos dos desafios enfrentados atualmente não têm origem nas comunidades locais, mas sim em indivíduos provenientes de outros setores e de outras regiões, como o do Oio, Bafatá, Tombali e do Cacheu, que procuram ocupar terrenos em áreas inadequadas dentro do parque.

As comunidades desempenham um papel central na definição das normas e na fiscalização do uso sustentável dos recursos naturais. São elas que, coletivamente, estabelecem as regras de uso e frequentemente são as primeiras a identificar e agir diante de violações. Contudo, em algumas ocasiões, as comunidades sofrem influências externas negativas, especialmente de pessoas que desconhecem ou desconsideram os princípios da conservação, o que tem gerado conflitos constantes relacionados com a ocupação de terras.

Um problema recorrente é a venda e ocupação ilegal de terrenos dentro do parque. Há já vários anos que pessoas de fora tentam adquirir terras junto dos moradores locais, muitas vezes de forma irregular e em desacordo com as normas estabelecidas. Conforme o regulamento interno do PNLC, o direito ao uso dos recursos naturais é restrito aos residentes da área protegida, desde que respeitem as regras e a zonagem. Indivíduos que não residem dentro do parque não possuem este direito, o que provoca conflitos, sobretudo em períodos de escassez de recursos em outras regiões.

No PNLC, as zonas são divididas em três categorias principais: (i) a Zona de Desenvolvimento, onde são permitidas certas atividades sustentáveis, como a agricultura e a pesca, desde que sigam regras específicas; (ii) a Zona de Transição (ou tampão), que é reavaliada a cada dez anos, conforme a densidade populacional e as necessidades locais; e (iii) a Zona de Proteção Total, áreas de conservação integral onde não é permitida qualquer exploração.

Apesar do relacionamento positivo e cooperativo com as comunidades residentes, os maiores desafios decorrem da entrada ilegal de indivíduos, inclusive de outros países, para atividades como o corte de madeira, a produção de carvão e a ocupação de terras. Muitas vezes, estes atores externos influenciam negativamente as comunidades locais. Tais pressões ameaçam a integridade do parque e demandam uma atuação coordenada entre a gestão do PNLC, as autoridades locais e as comunidades, que têm demonstrado papel ativo na vigilância e proteção da área.

O entrevistado E2 afirmou que “como representantes de duas aldeias distintas, cada uma tem seu membro no Conselho de Gestão. Fomos escolhidos com base na confiança e na orientação das comunidades e da direção do IBAP”. Propostas comunitárias são discutidas nas reuniões locais, seguidas pela convocação dos membros do conselho, que transmitem as demandas para a direção do parque. O fluxo de informação ocorre também no sentido contrário, garantindo comunicação efetiva. “Recentemente realizamos uma reunião numa aldeia vizinha para discutir desafios relacionados à conservação do PNLC. A direção do parque orienta sobre o uso da terra e indica zonas proibidas, porém a sinalização física dessas áreas ainda é insuficiente”. Para solucionar esta lacuna, “iniciamos a instalação de placas de delimitação, o que facilitará a identificação clara das zonas onde as atividades são permitidas ou restritas”.

Ocasionais conflitos envolvem familiares de autoridades, políticos e amigos que procuram proteção para interesses particulares. Estes indivíduos frequentemente recorrem a contactos influentes para evitar sanções, realizando, por exemplo, corte de árvores de grande porte ou cultivo em áreas proibidas. Como técnico, afirmou o entrevistado E3: “Reconheço o risco dessa situação, agravada pelo facto de que cidades como Buba e Fulacunda, embora proibidas de explorar recursos naturais por serem áreas urbanas, exercem pressão devido ao seu crescimento e poder económico”.

Conflitos verbais entre os membros da comunidade e os guardas do parque são comuns, mas costumam ser resolvidos durante as visitas de sensibilização, quando as comunidades demonstram disposição para ouvir e dialogar. No âmbito político, procura-se atuar com calma e imparcialidade, reconhecendo que o governo é o responsável último pelas decisões, embora as questões políticas por vezes influenciem a gestão do parque. O entrevistado E4 declarou que “manifestamos insatisfação com atitudes que resultam em ações indevidas, muitas vezes iniciadas sem comunicação prévia”. Por exemplo, plantações e construções são iniciadas em zonas proibidas e só anos depois é que as autoridades tomam medidas para a sua remoção, o que gera desperdícios e conflitos. Acreditamos que a comunicação e a sensibilização antecipadas são essenciais para prevenir tais situações.

O crescimento populacional e a delimitação das zonas do parque devem ser compreendidos no contexto histórico. Antes da criação do parque, a população local usufruía dos recursos naturais sem restrições, o que gerou conflitos com a transição para a atual gestão. Os jovens, que não participaram nas negociações iniciais, sentem-se excluídos das regras, reivindicando direitos de caça, de pesca e de construção, o que tem gerado tensões, especialmente devido à

agricultura itinerante e ao uso de terras alagadas que causam desmatamento e impactos ambientais. Além destas situações, a lagoa de Cufada enfrenta desafios relacionados às mudanças climáticas que afetam a agricultura e a produção local, como a flor de caju. O IBAP, por meio dos seus especialistas e dos seus estudos, é a entidade mais capacitada para fornecer informações detalhadas sobre estes fenômenos e os seus efeitos na região.

### **3.4. Papel das organizações não-governamentais dentro do Parque Natural das Lagoas de Cufada**

Frequentemente, o PNLC conta com o apoio de diversos parceiros locais para a realização de ações de formação e sensibilização em áreas onde a equipa do parque não consegue atuar diretamente. As associações comunitárias e as organizações de base desempenham um papel fundamental neste processo, assegurando maior abrangência e eficácia nas intervenções. Um exemplo notável ocorre na área da educação ambiental: “colaboramos com a ONG Palmeirinha, reconhecida pela sua vasta experiência neste tipo de trabalho”, afirmou o entrevistado G5. A parceria com esta e outras organizações tem sido essencial para a transmissão de conhecimentos e a promoção da consciência ambiental junto às autoridades.

Além disso, as ONG internacionais parceiras participam ativamente nas reuniões e nas atividades desenvolvidas no âmbito do parque. Estas organizações contribuem não só com o apoio técnico, mas também com o financiamento e o acompanhamento de microprojetos comunitários, como ações de horticultura sustentável e outras iniciativas de desenvolvimento local. De modo geral, o PNLC mantém parcerias com a maioria das ONG que atuam na região, fortalecendo a gestão participativa, a conservação dos recursos naturais e o bem-estar das comunidades residentes.

### **3.5. Conhecimento sobre as leis do Parque Natural das Lagoas de Cufada**

Existe uma lei elaborada em conjunto com a comunidade para regulamentar o funcionamento do PNLC. Esta lei proíbe a realização de determinadas atividades no período de maio a junho, prevendo coimas para quem as violar, como forma de desincentivo. De lembrar que o parque possui uma zonagem específica, na qual certas atividades, como o cultivo de caju, a lavoura, a construção e o desmatamento, são proibidas em determinadas áreas. Portanto, quem for apanhado a praticar tais ações está sujeito ao pagamento de coimas, conforme a lei vigente.

Assim, o funcionamento do parque baseia-se num regulamento interno. Quando ocorre uma infração, os membros do Conselho primeiramente procuram resolver a situação dialogando diretamente com o infrator. Se o problema não for solucionado, os guardas do parque são chamados, e posteriormente a direção do parque é envolvida. Persistindo o conflito, o caso é encaminhado para o tribunal. Por exemplo, foi apreendido pela comunidade um camião com cerca de 350 rachas de cibe (*Borassus aethiopum*), o dono confessou o ato e pediu desculpa, sendo-lhe cobrada uma coima com base no regulamento do parque.

Anteriormente, surgiram muitos problemas relacionados com a venda e a ocupação ilegal de terrenos, especialmente por pessoas oriundas de outras regiões que tentavam adquirir terras para construção. A nova legislação proíbe a venda e o cultivo de terra por não residentes no parque. Reforça-se que se uma zona é proibida para os residentes do parque, deve igualmente ser intocável para os não residentes. As tentativas de entrada e exploração por pessoas externas são comunicadas à comunidade para que esta possa denunciar os casos, visto que a venda de terra fora dos critérios estabelecidos não é permitida.

Os residentes têm o direito de usufruir e compartilhar os recursos do parque, mas a cessão de terra é vedada pela lei. Caso ocorram infrações, estas são encaminhadas conforme o regulamento, podendo chegar até ao tribunal. Além disso, a administração do parque baseia-se em leis específicas, como a Lei-Quadro das Áreas Protegidas, o Regulamento Interno e a Lei Florestal, que orientam a gestão das áreas protegidas.

Embora o Estado tenha criado as leis do parque, a população também estabelece os seus próprios regulamentos para proteger o espaço. Diferentemente de outros países onde geralmente não há habitantes dentro das áreas protegidas, na Guiné-Bissau já existiam comunidades residentes antes da implementação dos parques e da legislação. Também, é de sublinhar que a lei proíbe o corte abusivo do mato, indicando que, ao cortar uma área, deve-se deslocar para outra no ano seguinte para permitir a regeneração. O mato é um recurso coletivo que deve ser conservado para as futuras gerações.

Apesar de haver instrumentos e programas para enfrentar os desafios ambientais, falta a aplicabilidade prática destas medidas, que é essencial para o avanço do setor. Contudo, como enfatizado no Clube de Roma, é fundamental cumprir os compromissos ambientais assumidos. A Guiné-Bissau tem sido diligente na ratificação de acordos, porém o maior desafio reside na implementação efetiva das políticas.

O IBAP desempenha um papel fundamental na gestão sustentável do parque, mas o Estado deve garantir recursos suficientes para que esta instituição possa operar com autonomia e assegurar o cumprimento das leis na prática. Embora a criação do IBAP tenha representado avanços significativos na conservação, é necessário um apoio mais ativo do Estado, especialmente no envolvimento das comunidades e dos setores responsáveis.

A primeira lei que veio regular as áreas protegidas data de 1997, tendo sido revista em 2011. Esta legislação define a estrutura organizacional das áreas protegidas, prevendo a existência de uma assembleia deliberativa, um conselho de gestão e uma direção administrativa para cada unidade protegida. No caso específico da lagoa de Cufada, classificada como parque natural, existe um Conselho de Gestão conforme o previsto na lei e no decreto de criação do PNLC.

A lagoa de Cufada possui um estatuto jurídico reconhecido tanto a nível nacional quanto internacional. Foi classificada como zona húmida de importância internacional sob a Convenção de Ramsar, da qual a Guiné-Bissau é signatária. Além disso, o país ratificou a Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies de Fauna e Flora Selvagens Ameaçadas de Extinção (CITES) e integra o Acordo Euro-Asiático para a Conservação das Aves Migratórias. Portanto, o sítio é um dos mais importantes da África Ocidental para aves aquáticas migratórias, conferindo ao país a responsabilidade de conservar e proteger o parque, tanto sob a legislação nacional quanto pelos compromissos internacionais assumidos.

### **3.6. Melhoria da capacidade de gestão**

Os documentos oficiais apresentam o parque como um local de ecoturismo, mas esta realidade ainda não foi implementada. A má gestão tem permitido o avanço de ervas invasoras e o fechamento de zonas importantes, como as de Bidessa e de Bionar. A presença de pelicanos migratórios diminuiu, o que está diretamente ligado ao assoreamento, à erosão e à gestão ambiental inadequada. Estes problemas decorrem da falta de meios para os gestores do parque e da ausência de políticas que assegurem condições mínimas para a comunidade. Aos poucos, o PNLC perde suas características ecológicas únicas.

O futuro dos parques pode ser bastante incerto se os parceiros internacionais retirarem o seu apoio. De acordo com o entrevistado E4, “no ano passado, soube-se que o Estado disponibilizou 200 000 000 XOF para o IBAP, valor insuficiente, principalmente porque grande parte é consumida com combustíveis para o transporte, considerando que existem

11 áreas protegidas no país”. Além disso, os guardas do parque enfrentam a escassez de recursos e a falta de acesso a tecnologias modernas necessárias para a proteção eficaz da biodiversidade. Portanto, se o financiamento estatal e o apoio internacional cessarem, muitos dos parques, incluindo o PNLC, poderão deixar de existir.

O Estado precisa assumir um compromisso sério e urgente, destinando uma parcela significativa do orçamento nacional para a proteção das áreas protegidas, garantindo assim a preservação deste património natural para as futuras gerações. “Como ambientalista”, afirmou o entrevistado E11, “às vezes somos tentados a culpar as instituições pela má gestão, mas sem os meios financeiros e logísticos necessários, é impossível realizar um trabalho de qualidade”.

### **3.6.1. Fortalecimento da gestão participativa**

No início, quando os administradores do parque chegavam e entravam diretamente na mata para realizar os seus trabalhos, o que irritava a maioria das comunidades que ali residiam. O IBAP adotou então uma política de gestão participativa, por ele elaborada, e que implementava o envolvimento das comunidades na gestão do parque e, antes de iniciar qualquer atividade, realiza reuniões com as comunidades para explicar e alinhar as ações, mas apesar disto, elas não se sentem totalmente parte do processo. Entretanto, houve muitas mudanças, pois a maioria das comunidades conta com escolas e poços de água potável graças ao parque.

A Guiné-Bissau tem um dos melhores modelos de gestão “parque para a população”, que une a conservação ambiental e o respeito pelas comunidades locais e pelo seu modo de viver. Por exemplo, o PNLC é formado por três lagoas principais: Bionar, Bidessa e Cufada. Como há população a viver dentro do parque, adotou-se um sistema de gestão baseado na partilha de responsabilidades, conhecido como gestão participativa ou cogestão.

Recentemente, a gestão do parque tem dado mais atenção à participação da juventude. Um exemplo é o acompanhamento anual das tartarugas marinhas, em que os jovens interagem com a comunidade local para explicar o trabalho, a sua importância e as ações de conservação. Processo semelhante ocorre no monitoramento das aves e da fauna terrestre.

### **3.7. Sensibilização sobre o impacto ambiental nas áreas protegidas**

Uma das principais atividades dos gestores do PNLC inclui visitas frequentes às tabancas para sensibilizar as populações sobre as práticas de conservação da biodiversidade. Muitas vezes, estas ações envolvem diálogo e entendimento para fortalecer o compromisso com a proteção

ambiental. Também é comum que a comunidade pratique atividades que vão contra a lei, como o desmatamento descontrolado e a caça em períodos proibidos. A pesca com redes de malha entre 28 e 30 mm é frequente, mas o uso de redes de malha inferior a 26, usadas para pesca de arrasto, é proibido. Antes, isto era difícil de controlar, mas hoje já sabem que os recursos do parque são exclusivos para os residentes. Portanto, o trabalho tornou-se fácil porque, ao serem transmitidas as mensagens, as pessoas esforçam-se para cumprir as regras, especialmente sobre o uso racional dos recursos.

Quando os ambientalistas apresentaram ao governo a importância da conservação na região, o apoio governamental foi condicionado à aprovação das comunidades locais. Depois, os representantes foram às comunidades para expor as vantagens do parque, destacando benefícios como escolas, acesso à água potável, postos de saúde, turismo, desenvolvimento local e fornecimento de máquinas agrícolas. Diante destas perspectivas, a população adotou o projeto com entusiasmo.

### **3.8. Aumento de controlo nas zonas**

O desmatamento descontrolado, as queimadas e a caça abusiva são problemas recorrentes. Também as mudanças climáticas geram impactos significativos. Por exemplo, na época das chuvas, quando há chuva intensa, algumas aldeias ficam alagadas, dificultando a circulação das pessoas. Já no período da seca, com sol intenso, as queimadas ocorrem com frequência, prejudicando a florada das plantas, resultando em colheitas fracas. Entretanto, dentro do PNLC, existem três zonas de exploração. Há uma zona onde a exploração é permitida exclusivamente aos membros da comunidade local. No entanto, nas cidades de Buba e Fulacunda, a exploração dos recursos não é autorizada, pois são áreas urbanas, embora estas cidades estejam em desenvolvimento e tenham maior poder de compra. De acordo com o entrevistado E12, “na nossa comunidade, graças a Deus, não enfrentamos esse tipo de problema, pois existem zonas claramente definidas: áreas onde podemos trabalhar e áreas onde não é permitido. Isso facilita o respeito às regras e evita conflitos”.

### **3.9. Educação ambiental nas unidades curriculares**

O governo deve implementar a educação ambiental nas escolas. Atualmente, todas as tabancas dentro do parque possuem escolas. O PNLC construiu escolas na maioria das tabancas e o governo é responsável por alocar os professores nestas instituições. Se as crianças crescerem com uma cultura e vivência voltadas para a proteção ambiental, o impacto ambiental nas

comunidades certamente irá melhorar. Para o entrevistado E8, “alguns anos reativamos as visitas de aldeia em aldeia para ensinar os alunos sobre o meio ambiente, porém este programa foi interrompido abruptamente”.



## **CAPÍTULO 4**

### **DISCUSSÃO**

A trajetória histórica e institucional do PNLC revela um esforço pioneiro da Guiné-Bissau em integrar a conservação ambiental e a participação comunitária. O reconhecimento precoce da lagoa como sítio Ramsar (1990) demonstra a relevância ecológica da área em termos internacionais, sobretudo para a avifauna migratória. Contudo, a análise crítica dos resultados aponta um descompasso entre a importância atribuída ao parque e os mecanismos de sua gestão.

#### **4.1. Avanços institucionais e comunitários**

O PNLC representa um modelo de gestão participativa relativamente avançado em comparação com outras áreas protegidas da África Ocidental, integrando comunidades no conselho de gestão e reconhecendo as suas práticas tradicionais. Esta característica é inovadora em contextos onde as áreas protegidas são historicamente impostas sem consulta local. Os modelos de gestão participativa baseados na comunidade representam uma diretriz fundamental para uma forma de governança que valoriza a capacidade de iniciativa, a dinamização, o acompanhamento e a gestão exercida pelos atores locais (De Barros et al., 2024).

A divisão em zonas (desenvolvimento, transição e proteção total) constitui um instrumento importante para equilibrar a conservação e o uso comunitário. Além disto, os benefícios concretos trazidos às comunidades, como as escolas, os poços de água potável e os pequenos projetos produtivos apoiados pelas ONG, legitimam a existência do parque junto aos residentes. Nas áreas protegidas onde existe população residente, como no caso do PNLC, a conservação da natureza exige a participação ativa das comunidades locais, inclusive na transformação de práticas com efeitos negativos. Para isso, é fundamental oferecer alternativas viáveis e, de preferência, mais vantajosas, capazes de serem adotadas e apropriadas pelos próprios residentes (Catarino, 2019).

#### **4.2. Limitações estruturais da gestão**

Apesar destes avanços, persistem fragilidades estruturais. A falta de recursos financeiros e logísticos, mencionada pelos entrevistados, compromete a capacidade tanto do IBAP quanto da administração local. A gestão das áreas de proteção ambiental na Guiné-Bissau constitui uma responsabilidade do governo guineense. Contudo, em determinadas situações, observa-se

também a participação das ONG (Cá, 2023). O resultado indica que o parque depende muito de parceiros internacionais, expondo-se a risco de colapso caso estes apoios cessem. Isso pode trazer várias consequências no modo de gerir e de proteger o parque, como é já visível com o caso da diminuição de pelicanos, associada à degradação ambiental e à má gestão, demonstrando como falhas operacionais têm consequências diretas na biodiversidade. Localmente, há o deficit de atualização dos regulamentos e a descontinuidade no processo de renovação do Conselho de Gestão. A permanência prolongada de representantes sem mandatos formalmente renovados enfraquece a legitimidade do sistema participativo e pode abrir espaço para o clientelismo e para os conflitos internos.

### **4.3. Pressões externas e governança frágil**

Principalmente, os conflitos não têm origem nas comunidades residentes, mas sobretudo nos atores externos (indivíduos de outras regiões ou ligados a redes políticas e económicas) que exploram a madeira, o carvão e as terras de forma ilegal. Isto evidencia a fragilidade do Estado em garantir a proteção contra interesses externos, agravada pela prática de nomeações políticas de governadores sem critérios técnicos. A construção de uma central elétrica sem um estudo de impacto ambiental ilustra como as decisões políticas podem comprometer a integridade ecológica do PNLC. A sua construção contou com o apoio massivo da população que talvez não tivesse a menor ideia sobre o impacto ambiental que a central pode causar. A preferência observada na altura esteve associada à expectativa de que a central termoelétrica de Buba, quando em funcionamento, venha a contribuir para a melhoria das condições de vida da população. Neste sentido, a grande maioria dos seus inquiridos (97%) manifestou acreditar que a central trará benefícios significativos, enquanto apenas 3% consideram que não produzirá efeitos positivos para a vida da comunidade (Sambú, 2021). Num olhar crítico, a política, enquanto atividade nobre voltada à plena dedicação ao povo e à realização das suas aspirações, não deve ser exercida por indivíduos cujo único interesse seja o enriquecimento pessoal e familiar (Monteiro, 2024).

### **4.4. Desafios sociais e geracionais**

Embora haja uma boa integração comunitária, as tensões ligadas ao crescimento populacional e às mudanças geracionais persistem. Muitos jovens que não participaram das negociações iniciais contestam agora as regras que limitam a caça, a pesca e a agricultura. Esta lacuna ameaça a sustentabilidade do modelo participativo, pois pode gerar descontentamento e

resistência às normas. A ausência de um programa permanente de educação ambiental nas escolas, embora reconhecido como prioridade, reforça este problema ao não criar uma cultura de conservação de longo prazo. Entretanto, a desflorestação constitui a principal ameaça aos ecossistemas do PNLC, acarretando consequências significativas, como o desaparecimento de áreas florestais para os primatas e para a grande fauna, bem como o assoreamento progressivo das três lagoas e das planícies de inundação do rio Corrubal (Camará, 2023).

#### **4.5. Contradições entre legislação e prática**

O arcabouço jurídico do PNLC é robusto, alinhado a convenções internacionais, nomeadamente Ramsar e CITES, mas a sua implementação prática é deficiente. O Estado tem ratificado compromissos ambientais, mas carecem as políticas consistentes de financiamento e fiscalização. O facto de as comunidades precisarem criar regras próprias para o uso sustentável revela tanto a força do protagonismo local quanto a ausência de eficácia estatal.

Para a implementação de uma política ambiental é necessário considerar a legislação e a regulamentação aplicáveis às AP, bem como os objetivos que fundamentam a sua criação, os planos já existentes e as atividades selecionadas para integrar o Sistema de Gestão Ambiental. Estas atividades devem ser ajustadas ao modelo de gestão das AP em processo de certificação, tendo igualmente em conta as suas necessidades (Martins, 2019). Portanto, em todas as suas disposições, a Lei de Bases evidencia a preocupação com o desenvolvimento sustentável, sublinhando a necessidade imperativa de assegurar a todas as pessoas condições ambientais adequadas para uma vida digna (Martins, 2019).

#### **4.6. O papel das organizações não governamentais**

As ONG desempenham papel central na formação, sensibilização e financiamento dos projetos comunitários. Esta atuação fortalece o parque, mas também levanta uma questão crítica: a sustentabilidade do modelo depende dos atores externos em vez das políticas públicas guineenses consolidadas. Se por um lado a presença das ONG garante resultados positivos imediatos, por outro, ela mascara a ineficiência do Estado, perpetuando a dependência.

Com base nas experiências de desenvolvimento comunitário na Guiné-Bissau, o primeiro passo será fortalecer o processo organizacional e integrar melhor as lideranças comunitárias nos procedimentos burocráticos relacionados à gestão de pequenos fundos, aproveitando o papel central das ONG na dinamização e na gestão administrativa junto das comunidades locais

(De Barros et al., 2024). Por exemplo, a estrutura de gestão da Área Protegida Comunitária das Ilhas de Urok envolve a comunidade local em diversas esferas, como a fiscalização da zona costeira e a participação nas reuniões do Conselho de Gestão e nas estruturas de aldeia. Contudo, no que diz respeito à participação efetiva, particularmente na tomada de decisões e na implementação do plano de gestão, esta responsabilidade recai sobre a ONG Tiniguena (Sanó, 2016). Também, a Ação para o Desenvolvimento, por meio das Escolas de Verificação Ambiental, reconhece a educação como um instrumento eficaz para promover uma verdadeira consciência dos problemas ambientais, abrangendo desde o conhecimento do meio até à mudança positiva e duradoura, bem como a aquisição de técnicas adequadas para uma gestão mais eficiente dos espaços (Có & Silva, 2019).

## CONCLUSÃO

O presente trabalho teve como objetivo principal analisar a gestão do Parque Nacional do Lago de Cufada (PNLC), identificando os seus principais desafios, os mecanismos institucionais envolvidos e o papel da comunidade local na conservação e na utilização sustentável dos recursos naturais. Estes objetivos foram analisados com base nos mecanismos legais que regulam o funcionamento do parque, incluindo decretos-leis, regulamentos internos e demais normativos aplicáveis.

A investigação sobre a gestão das áreas protegidas na Guiné-Bissau, centrada no Parque Natural das Lagoas de Cufada (PNLC), possibilitou uma compreensão aprofundada da intrincada rede de mecanismos institucionais, jurídicos e comunitários que sustentam a conservação ambiental no país. O estudo revelou que o PNLC, reconhecido como sendo o primeiro sítio Ramsar da Guiné-Bissau e, ainda, uma das maiores reservas de água doce da África Ocidental, ele constitui um patrimônio natural de grande valor ecológico, cultural e socioeconômico, porém a sua preservação se depara com inúmeros desafios, fruto das limitações estruturais e da fragilidade da governança ambiental nacional.

Entretanto, verifica-se que permanecem obstáculos de considerável magnitude. Dentre os mais prementes destacam-se: a insuficiência de recursos financeiros e materiais; a escassez de pessoal técnico especializado; o descumprimento da legislação ambiental; a fraca articulação entre entidades públicas e privadas; bem como as pressões cada vez mais acentuadas advindas da agricultura intensiva, do abate de árvores, da caça furtiva e da expansão desordenada das comunidades. Esses fatores, intrinsecamente ligados à instabilidade política e institucional que permeia o país, acabam por comprometer a eficácia das medidas de conservação e por fragilizar a execução dos planos de gestão já existentes.

O levantamento ainda trouxe à luz que as organizações não governamentais (ONG) exercem uma influência marcante na difusão da educação ambiental, na conscientização da população e na viabilização de microprojetos comunitários. O entrosamento entre o IBAP, as ONG e os parceiros internacionais têm ajudado a aliviar as restrições do Estado, ainda que a dependência externa continue a representar uma fragilidade estrutural. Um outro aspecto que merece destaque é a imperiosa necessidade de reforçar tanto a educação ambiental quanto a capacitação técnica das comunidades que habitam a região, fomentando práticas sustentáveis e opções econômicas que amenizem a pressão sobre os ecossistemas. A presença da temática ambiental

nos currículos escolares, associada à criação de arenas de diálogo e de concertação em nível regional, tem o potencial de consolidar uma cultura de conservação alicerçada no saber, no respeito aos conhecimentos tradicionais e na corresponsabilidade coletiva.

A investigação revela que o futuro das áreas protegidas na Guiné-Bissau está intimamente ligado à aptidão de integrar, de maneira coerente, os vetores ecológico, social e econômico da sustentabilidade. O fortalecimento de uma governança participativa, o robustecimento institucional do IBAP, a implantação de mecanismos de financiamento estáveis e a consolidação de políticas públicas em consonância com os compromissos internacionais constituem requisitos indispensáveis para preservar a continuidade da biodiversidade e garantir o bem-estar das populações.

## RECOMENDAÇÕES PARA MELHORAR A GESTÃO NO PARQUE

Para melhorar a gestão do PNLC, o Conselho de Gestão deve ser um órgão independente sem a presença de membros do governo local dentro de seu organigrama. Um dos primeiros trabalhos a fazer é desenvolver o planeamento e delimitar-se a um único objetivo que é “salvaguardar o património nacional” e tentar explicar às comunidades a importância das diferentes formas de vida que se encontram dentro daquela área e porque precisam de proteção (IBAP, 2022b).

As áreas protegidas trazem benefícios em todas as partes do mundo, ajudam os estados a arrecadar receitas e ao desenvolvimento das regiões, pelo que o governo deve garantir a segurança dos turistas. Para que eles se sintam em casa. Deve recrutar guias com conhecimentos de línguas estrangeiras para poder assim explicar o parque aos visitantes durante as visitas guiadas, para que eles depois possam divulgar o parque e poder atrair mais pessoas para as visitas (Carvalho & Alves, 2021).

É importante a criação de uma forma de acompanhamento dos diferentes projetos e das propostas de elaboração de novas leis para proteção do meio ambiente, dos habitats e das várias espécies que se encontram dentro do parque, desde aves, chimpanzés, e outros animais que estão sob ameaça, bem como avaliar os segmentos de floresta e mobilizar as comunidades para a plantação de árvores, desincentivando as práticas de derrube e queima da flora (Catarino, 2019).

Outras medidas importantes passam por os técnicos e os guardas do parque serem equipados com material completo e a cada semestre ser organizada uma formação de capacitação para melhor regular as atividades ilícitas dentro e nos arredores do parque, incentivos monetários para criar uma motivação extra no trabalho, fazer as renovações das licenças para um período mais curto, maior fiscalização bancária das cobranças para maior controlo das receitas, criação de um panfleto com os mapas turísticos do parque (RIPNLC, 2011).

O IBAP, como responsável pelas zonas protegidas da Guiné-Bissau, deve apresentar propostas ao estado para esta zona merecer mais atenção do que a que tem agora, uma característica comum às outras áreas de reserva dentro do país, para se começar a monitorizar para depois serem também uma zona protegida, com a inclusão nos programas escolares a

proteção do meio ambiente e ser uma forma de transmissão da mensagem de uma forma indireta (Carvalho & Alves, 2016).

A Guiné-Bissau é caracterizada de forma única em termos do seu património natural, sendo singular ao nível da sub-região. As mais recentes classificações de novas áreas contam com “águas interiores, paisagens, fauna, florestas e ecossistemas diversos”, podendo estes serem classificados de várias formas segundo as suas próprias características. O estado deve promover políticas de salvaguarda, proteção e conservação do ecossistema para as gerações do futuro, e proteger a saúde da população e dos animais (IBAP, 2007 em Catarino, 2019).

Ao promover práticas de conservação e oferecer alternativas sustentáveis de subsistência às comunidades locais, o Parque Natural das Lagoas de Cufada demonstra como a Guiné-Bissau tenta equilibrar a proteção ambiental com o desenvolvimento socioeconómico, preservando o património natural para as gerações futuras. Nesse sentido, destaca-se a elaboração do Regulamento Interno do PNLC (2021), que visa aprimorar o controle interno; a sensibilização sobre os impactos ambientais nas áreas protegidas; a implementação efetiva das leis de proteção ao Parque Natural da Lagoa de Cufada; a diversificação das atividades agrícolas pelos moradores; a inclusão da importância do meio ambiente nos currículos escolares, reforçando a educação ambiental; o fortalecimento da gestão participativa, permitindo que a população colabore para um controle mais eficaz dentro do parque; a melhoria da capacidade de gestão e das infraestruturas existentes; e o aumento da vigilância nas diferentes zonas do parque.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Airaud, F., Ramos, E., & Correia, A. (2019). *Proposta técnica e financeira para a elaboração do Plano de gestão do Parque Natural das Lagoas de Cufada na Guiné-Bissau*.
- Alves, D. B. (2022). *Economia azul*. Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Amaro, A. P. (2011). *Constituição da baseline para projectos de carbono no Parque Natural da Cufada no âmbito do mecanismo REDD+*. Universidade Nova de Lisboa.
- Anggara, A. S. (2018). Aspek hukum pelestarian lahan basah pada situs Ramsar di Indonesia (studi terhadap implementasi konvensi Ramsar 1971 di Taman Nasional Tanjung Puting). *Mimbar Hukum-Fakultas Hukum Universitas Gadjah Mada*, 30(2), 246–261.
- Batista, E. C., de Matos, L. A. L., & Nascimento, A. B. (2017). A entrevista como técnica de investigação na pesquisa qualitativa. *Revista Interdisciplinar Científica Aplicada*, 11(3), 23–38.
- Bensusan, N. (2006a). *Conservação da biodiversidade em áreas protegidas*. FGV Editora.
- Bensusan, N. (2006b). *Conservação da biodiversidade em áreas protegidas*. FGV Editora.
- Buss, P. M., Machado, J. M. H., Gallo, E., Magalhães, D. de P., Setti, A. F. F., Franco Netto, F. de A., & Buss, D. F. (2012). Governança em saúde e ambiente para o desenvolvimento sustentável. *Ciência & saúde coletiva*, 17, 1479–1491.
- Cá, B. A. M. (2023). *As políticas ambientais da Guiné-Bissau: Alguns fundamentos* (pp. 1–13).
- Camala, D. M. (2021). *Pesca artesanal e gestão de recursos marinhos no Parque Natural dos Tarrafes do Rio Cacheu*.
- Camará, S. (2023a). *O Parque Natural Lagoas de Cufada em Guiné-Bissau: análise da implementação da legislação ambiental*.
- Camará, S. (2023b). *O Parque Natural Lagoas de Cufada em Guiné-Bissau: análise da implementação da legislação ambiental*. Universidade Federal do Ceará.
- Carvalho, C. C. (2009). *Responsabilidade socio-ambiental empresarial: a inserção do direito ambiental e sanitário e o grau de adesão ao pacto global/ONU nas atividades produtivas em São Luís-Maranhão*.
- Carvalho, P., & Alves, L. (2016). Áreas protegidas e desenvolvimento inclusivo em territórios rurais: contributo para uma proposta de classificação da Serra da Lousã. *TURYDES: Revista sobre Turismo y Desarrollo local sostenible*, 9(21), 38.
- Carvalho, P., & Alves, L. (2021a). *Áreas protegidas e gestão territorial: O caso da Serra da Lousã* (Vol. 5). Imprensa da Universidade de Coimbra/Coimbra University Press.

- Carvalho, P., & Alves, L. (2021b). *Áreas protegidas e gestão territorial: O caso da Serra da Lousã* (Vol. 5). Imprensa da Universidade de Coimbra/Coimbra University Press.
- Catarino, L. (2019). Parque Natural das Lagoas de Cufada, Guiné-Bissau. Desafios, ameaças e perspetivas. *Revista Internacional em Língua Portuguesa*, 35, 17–30. <https://doi.org/10.31492/2184-2043.rilp2018.35/pp.17-30>
- Centro de Estudos do Ambiente e do Mar, *Investigadores do CESAM/DBIO contribuem para a designação do Arquipélago dos Bijagós como Património Mundial da UNESCO*, disponível em <https://www.cesam-la.pt/investigadores-do-cesam-dbio-contribuem-para-a-designacao-do-arquipelago-dos-bijagos-como-sitio-do-patrimonio-mundial-da-unesco/>
- CIPA. (2019). *Plano de gestão dos recursos haliêuticos para 2020*.
- Có, J. P. S., & Silva, I. M. (2019). *A atuação de organizações não governamentais (ONGs) no campo dos conflitos ambientais na Guiné-Bissau*.
- Conde, M. L. G., Cravo, C., Reis, A. H. S., Viégas, D. R., & Gomes, M. (2017). Densidade básica e teor de umidade de *Vochysiaguianensis* Aubl. *Fórum de Anatomistas de Madeira da Amazônia, 1*.
- Correia, S. A. S., Varandas, S. da G. P., & Cabecinha, E. (2024). *A cogestão como modelo de gestão sustentável das Áreas protegidas em Portugal*.
- da Silva, C. C. (2022). Reflexões sobre a institucionalização de políticas ambientais na Guiné Bissau a partir de 1990. *Revista Interdisciplinar de Literatura e Ecocrítica, 1*(10), 5–16.
- Da Silva, E. L., & Menezes, E. M. (2005). Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação. *UFSC, Florianópolis, 4a. edição, 123*(4), 138.
- da Silva, G. F., Aidar, T., & Mathias, T. A. de F. (2011). Qualidade do sistema de informações de nascidos vivos no estado do Paraná, 2000 a 2005. *Rev Esc Enferm USP, 45*(1), 79–86. [www.ee.usp.br/reeusp/](http://www.ee.usp.br/reeusp/)
- de Barros, M. (2024). *Comunitários na Guiné-Bissau*.
- De Barros, M., Menut, A., Viegas, C., Djaló, M. A., & Seidi, M. N. (2024). *Gestão participativa de recursos comunitários na Guiné-Bissau*.
- Dias, E. (2016). *Caracterização da Comunidade de Pequenos Peixes Pelágicos e da Dieta do Predador, Caranx hippos, no Parque Nacional Marinho João Vieira Poilão*.
- Djaló, M. (2021). *Política de gestão e proteção ambiental na Guiné-Bissau: estado das unidades de conservação guineense*.
- Djoló, I., da Silva, E. V., & Vidal, M. R. (2023). Impacto ambiental e social da exploração dos recursos naturais nas áreas protegidas da Guiné-Bissau. *Revista Territorium Terram, 6*(10), 1–17.

- ENPIEA. (2024). *Estratégia nacional e plano de investimento para Economia Azul*.
- Gerhardt, T. E., & Silveira, D. T. (2009). *Métodos de pesquisa*. Plageder.
- Goldenberg, M. (2011). *A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais*. Editora Record.
- Gonçalves, D. B. (2005). Desenvolvimento sustentável: o desafio da presente geração. *Revista espaço acadêmico*, 5(51), 1–7.
- Gonçalves, D. B. (2025, Agosto). *Desenvolvimento sustentável: o desafio da presente geração*. *Revista espaço acadêmico*, 5(51), 1-7. 1–7.
- Guimarães, R., & Fontoura, Y. (2012). Desenvolvimento sustentável na Rio+ 20: discursos, avanços, retrocessos e novas perspectivas. *Cadernos Ebape. BR*, 10, 508–532.
- Hill, M. M., & Hill, A. (1998). *A construção de um questionário* (11).
- IBAP. (2008). *Plano de Gestão Parque Natural dos Tarrafes do Rio Cacheu-PNTC Instituto da Biodiversidade e das Áreas Protegidas*. <http://www.ibap-gbissau.org>
- IBAP. (2014). *Estratégia nacional para as áreas protegidas e conservação da biodiversidade na Guine-Bissau*.
- IBAP. (2022a). *Plano de ação operacional para implementação do plano de gestão do Parque Natural das Lagoas de Cufada*.
- IBAP. (2022b). *Plano de gestão do Parque Natural das Lagoas de Cufada*.
- IBAP. (2022c). *Plano de Gestão do Parque Natural das Lagoas de Cufada 2022 – 203120*.
- Indjai, B. (2017). *O saber local sobre a utilização das plantas medicinais na Área Marinha Protegida Comunitária das Ilhas Urok (Reserva da Biosfera do Arquipélago Bolama Bijagós, Guiné-Bissau)*. Universidade Nova de Lisboa.
- Janeiro, C., Cangarato, R., Araújo, A., & Palmeirim, J. (2008). *Gestão de áreas protegidas da Guiné-Bissau*. [www.360-graus.pt](http://www.360-graus.pt)
- Junior, A. C., da Silva, E. V., de Carvalho, R. G., & Rabelo, F. D. B. (2019). ÁREAS PROTEGIDAS PARA A CONSERVAÇÃO DOS MANGUEZAIS EM GUINÉ-BISSAU: ESTUDO SOBRE A IMPORTÂNCIA DO PARQUE NATURAL DOS TARRAFES DO RIO CACHEU. *Revista Gestão & Sustentabilidade Ambiental*, 8(2), 123–154.
- Júnior, A. I. (2019). *O Arquipélago Bolama Bijagós: as contradições entre produtos turísticos e sustentabilidade*.
- Júnior, A. R. F., de Oliveira, E. S. F., da Silva, P. H. B., Teixeira, R. A. G., da Silva, M. R. F., Júnior, A. F. D. A., & de Barros, N. F. (2022). Phone interviews: perspectives and uses

- during the Covid-19 Pandemic. *New Trends in Qualitative Research*, 10, 12. <https://doi.org/10.36367/ntqr.10.2022.e556>
- Lira, E. M. de. (2015). *A criação do Parque Nacional da Serra do Divisor no Acre (1989) e sua inserção nas políticas federais de implantação da Unidades de Conservação federais no Brasil*.
- LQAPs. (2011). *Lei-Quadro das AP's - 2011*.
- Maciel, O., Nunes, A., & Claudino, S. (2019). The importance of geographical education assisted by GIT: the view of the future teachers of Geography. Em *A formação inicial de professores nas humanidades: reflexões didáticas* (pp. 23–45). Imprensa da Universidade de Coimbra. [https://doi.org/10.14195/978-989-26-1701-5\\_1](https://doi.org/10.14195/978-989-26-1701-5_1)
- Martins, A. A. S. (2019). *Caracterização sócioeconómica do Parque Nacional de Cantanhez, Guiné-Bissau: contributo para um sistema de gestão ambiental*. Universidade de Évora.
- Mejia, J. P. (2007). *Relatório do desenvolvimento humano 2003-Objectivos de Desenvolvimento do Milénio*.
- Mendez, G. de P., Mahler, C. F., & Taquette, S. R. (2021). Qualitative research in a period of social detachment: the challenge of conducting remote interviews. *New Trends in Qualitative Research*, 9, 336–343. <https://doi.org/10.36367/ntqr.9.2021.336-343>
- Menegasso, J. D., & Harter-Marques, B. (2023). ÁREAS PROTEGIDAS PRIVADAS: UMA ALTERNATIVA NA CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. *Revista Geotemas*, 13, e02329–e02329.
- Monteiro, I. D. G. (2024a). Guiné-Bissau: crise política burocrática e a devastação florestal. *Crítica Revolucionária*, 4, e005–e005.
- Monteiro, I. D. G. (2024b). Guiné-Bissau: crise política burocrática e a devastação florestal. *Crítica Revolucionária*, 4, e005–e005.
- Patias, N. D., & Hohendorff, J. Von. (2019). Quality criteria for qualitative research articles. *Psicologia em Estudo*, 24. <https://doi.org/10.4025/PSICOLESTUD.V24I0.43536>
- Pereira, D. do R. (2015). *Uso da Geomática como Suporte para Gestão Integrada de Recursos Naturais no Parque Nacional de Orango (PNO), Guiné-Bissau*.
- RGBSEA. (2016). *Estratégia nacional de comunicação sobre o mecanismo clearing-house da conservação da diversidade biológica na Guiné-Bissau*.
- RIPNLC. (2011). *Parque Natural das Lagoas de Cufada: regulamento interno*.
- Rosa, F., & Crespo, M. V. (2004). Diversidade parasitária em vertebrados do Parque Natural das Lagoas de Cufada (GUINÉ-BISSAU). *I Encontro de Biólogos da Comunidade de Língua Portuguesa, Outubro 2004*.

- Sambú, N. (2021). *Análise das percepções socioeconómicas e ambientais da central termoelétrica de Buba*.
- Sampaio, T. B. (2022). *Metodologia da pesquisa*.
- Sanó, L. (2016). *Política Ambiental e Mecanismos de Gestão Participativa: Um Estudo de Caso na Guiné-Bissau*. Universidade Porto.
- Seca, A. I. (2020). *A expansão do cultivo do Caju e seus impactos ambientais e económicos na Guiné-Bissau*. Universidade Federal do Amazonas.
- Sucuma, A. (2012). *História e cultura africana e afro-brasileira 129 VI. Breve história sobre a construção do Estado da Guiné-Bissau*.
- Tannous, S., & Garcia, A. (2008). Histórico e evolução da educação ambiental, através dos tratados internacionais sobre o meio ambiente. *Nucleus*, 5(2), 1–14.
- UA. (2016). *Carta sobre a protecção e a segurança marítimas e o desenvolvimento em África*.



# APÊNDICE 1

## GUIÃO DA ENTREVISTA



### Questionário sobre a Gestão do Parque Natural das Lagoas de Cufada

Jublote da silva (jubloted@gmail.com) estou a desenvolver a minha dissertação de Mestrado de Governação e sustentabilidade do Mar, Rocha no ISCTE- Instituto Universitário de Lisboa, sob a orientação da Professora Helena Belchior Rocha (helena\_rocha@iscte-iul.pt), Este questionário faz parte de um estudo sobre a gestão do Parque Natural das Lagoas de Cufada. O objetivo é compreender os desafios, impactos e perceções da comunidade e das autoridades sobre a conservação do parque. As respostas serão tratadas de forma anónima e confidencial, garantindo a total proteção de dados que apenas vão ser usados neste estudo. Em qualquer momento pode suspender a sua participação, sem qualquer justificação.

Agradecemos a sua colaboração.

#### I. Dados Sociodemográficos

1. Qual é a sua faixa etária?
2. Menos de 18 anos ( ) 18 a 25 ( ) 35 a 45 anos ( x ) 46 a 47 anos ( ) 56 a 60 anos ( ) mais de 60 anos ( )
3. Género: (x) Masculino ( ) Feminino ( ) Outro
4. Nível de escolaridade:  
( ) Sem escolaridade  
( ) Ensino primário  
( ) Ensino secundário  
(x) Ensino superior
5. Profissão:
6. Há quanto tempo reside na região? ( ) Menos de 1 ano ( ) 1-5 anos ( ) Mais de 5 anos

#### II. Conhecimento e Perceção sobre o Parque

7. Você conhece o Parque Natural das Lagoas de Cufada?  
(x) Sim ( ) Não
8. Com que frequência visita ou passa pelo parque?  
( ) Frequentemente  
( ) Ocasionalmente  
( ) Raramente  
(x) Nunca

9. Que importância atribui ao parque para a região? (Marque todas as que se aplicam)

- Conservação ambiental
- Turismo e lazer
- Fonte de recursos naturais
- Pesquisa científica
- Outras: \_\_\_\_

### III. Gestão e Conservação do Parque

10. Como avalia a gestão do Parque Natural das Lagoas de Cufada?

- Muito boa
- Boa
- Regular
- Má
- Muito má

10. Na sua opinião, quais são os principais desafios enfrentados na gestão do parque?

- Falta de financiamento
- Caça furtiva e exploração ilegal de recursos
- Falta de fiscalização
- Conflito entre conservação e necessidades da comunidade local
- Outras: \_\_\_\_

11. O parque dispõe de infraestrutura adequada para conservação e ecoturismo?

- Sim
- Parcialmente
- Não

12. Você conhece programas ou projetos em curso para a preservação do parque?

- Sim  Não

13. O envolvimento da comunidade local na gestão do parque é suficiente?

- Sim
- Não
- Não sei

#### IV. Impacto do Parque na Comunidade

14. Como o parque afeta a vida da comunidade local? (Marque todas as opções aplicáveis)

- Geração de emprego e renda
- Restrição no acesso a recursos naturais
- Educação ambiental
- Nenhum impacto
- Outros: \_\_\_\_

15. Você acredita que a gestão do parque poderia ser melhorada? Se sim, como?

R: Com o envolvimento da comunidade local na gestão do parque, pois isso ajuda mais na preservação e conservação dos ecossistemas existentes no parque. Também com um política ligada ao parque vai ajudar o gestor do parque a uma maior conservação da fauna e flora.

#### V. Questões Adicionais

16. O parque tem potencial para o desenvolvimento do ecoturismo na região?

- Sim  Não

17. Existem atividades humanas dentro do parque que podem prejudicar a sua conservação?

- Sim  Não

18. Quais espécies de fauna e flora protegidas no parque você conhece?

R: O parque é muito importante pela grande biodiversidade da fauna, flora e avifauna. Esta zona é também importante para a fauna selvagem, sobretudo na época seca, na qual é rica em antílopes, com presenças de hipopótamos, crocodilos e manatins (pis-bus), principalmente na época das chuvas. As floras protegidas no parque são as tarafes (mangais) que é um lugar para a desova dos peixes. Ele alberga a maior lagoa de água doce do país.

19. O parque conta com fiscalização eficaz para evitar atividades ilegais?

- Sim  Não  Parcialmente

20. Há projetos de sensibilização ambiental para a comunidade local?

- Sim  Não

21. Qual é o impacto das mudanças climáticas no parque e na sua biodiversidade?

- Muito grande
- Moderado
- Pequeno
- Nenhum impacto
- Não sei

22. Você acredita que a legislação existente é suficiente para proteger o parque?

- Sim  Não

23. Já participou de alguma ação de conservação ou sensibilização ambiental no parque?

- Sim  Não

24. Como avalia a participação das autoridades governamentais na proteção do parque?

Muito eficiente

Eficiente

Pouco eficiente

Ineficiente

25. O parque tem impacto na segurança alimentar da comunidade local?

Sim, de forma positiva

Sim, de forma negativa

Não tem impacto

Não sei

26. Há conflitos entre os interesses da comunidade local e as políticas de conservação do parque?

Sim  Não  Não sei

## **VI. Sugestões e Considerações Finais**

27. O que poderia ser feito para melhorar a conservação e gestão do parque?

R: Neste sentido, devem ser criados um plano e uma visão estratégica em que a conservação do ambiente seja um vetor importante e fundamental para um desenvolvimento sustentável a longo prazo na áreas protegidas do parque nacional lagoa de curada.

28. Comentários adicionais:

R: O Parque Natural das Lagoas de Cufada enfrenta ameaças e desafios relacionados com a compatibilização da conservação da natureza com os interesses das populações residentes e o desenvolvimento do país. Além das intervenções de agentes externos, algumas práticas de uso corrente pelas populações residentes têm impactos na fauna e na flora do parque. O parque está classificado como Sítio Ramsar zona húmida de importância mundial.

Nome: \_\_\_\_\_ Profissão: \_\_\_\_\_

Assinatura \_\_\_\_\_

## APÊNDICE 2

### CODIFICAÇÃO E CATEGORIZAÇÃO

O Parque Natural das Lagoas de Cufada (PNLC) é administrado por um instituto, o Instituto da Biodiversidade e das Áreas Protegidas (IBAP), e conta com uma direção cuja equipa é composta por 18 membros, incluindo um diretor do parque, um diretor adjunto, o corpo de guardas, um condutor logístico, guardas diurnos e noturnos na sede, bem como pessoal de limpeza.

O parque dispõe de uma estrutura de gestão que integra o poder tradicional e o poder administrativo local. Conta ainda com setores como a pesca, a agricultura, a saúde e a educação, que representam parte das identidades que integram o conselho de administração das Lagoas de Cufada.

A gestão é orientada pela direção do PNLC. Antes da criação do parque, já existiam comunidades na área, e os estudos necessários foram realizados há vários anos.

Código: ● Administração do PNLC Resultado do peso: 0

#### 1. Entrevista, Pos. 2-3

Antes da criação do parque, já existiam comunidades na zona. Foram realizados alguns estudos sobre o potencial da área como viveiro de fauna e reserva especial. Através destes estudos, concluiu-se que havia a necessidade de criar um parque.

Desde 1946 até 1990 foram desenvolvidos diversos estudos que levaram à criação de uma reserva de caça no perímetro da Lagoa de Cufada. Estes estudos demonstraram a importância da área para a avifauna migratória, sendo considerada uma zona migratória e húmida de importância internacional.

Entre 1984 e 1998 foram realizados mais estudos que culminaram na criação oficial do parque através do Decreto n.º 13/2000. Antes da criação formal, esta zona já era reconhecida como uma área húmida de importância internacional, tendo sido o primeiro local do país classificado como sítio Ramsar, em 1990.

A Lagoa de Cufada alberga mais de 2000 pelicanos, entre outras espécies de aves, sendo considerada um importante reservatório de biodiversidade.

A importância da água doce na sub-região foi um dos fatores que motivou a criação do parque. Este processo foi desenvolvido com base na concertação com as comunidades locais e levou aproximadamente cinco anos de sensibilização.

Durante esse período, procurou-se mostrar às comunidades as vantagens da criação do parque. A implementação do PNLC não teve nem tem como objetivo proibir as populações de continuarem a exercer as suas atividades tradicionais, mas sim orientá-las.

Um dos principais objetivos do parque é indicar às comunidades onde e como podem trabalhar, de forma a evitar a ocupação de zonas críticas para a avifauna. É necessário orientar a população sobre as práticas adequadas de caça e de outras atividades, garantindo a preservação da biodiversidade.

O parque existe para regular o funcionamento das atividades humanas na zona, de modo a garantir a conservação sustentável dos recursos naturais.

Código: ● História da Criação do PNLC – Resultado do peso: 0

1. Entrevista, Pos. 5

As assembleias são organizadas de forma a serem discutidos os problemas de parque, cada membro traz os seus problemas para apresentar, mas a decisão sobre tal problema não cabe ao diretor mas à própria assembleia. O diretor não escolhe os membros do Conselho de Gestão. Quando termina o mandato de um representante, a comunidade delega um outro membro para o Conselho de Gestão, que segue somente orientação que sai na assembleia. Quando comunidade sente que o membro que a está a representar não está a fazer trabalho condigno, ela informa o diretor de parque e ele convoca uma assembleia extraordinária e depois a comunidade faz uma nova escolha de para ser apresentada no Conselho de Gestão.

Código: ● Administração do PNLC – Resultado do peso: 0

1. Entrevista, Pos. 7

A estrutura do Conselho Comunitário de Gestão do PNLC é composta por 50% de membros provenientes das comunidades locais e 50% de representantes de outras instituições que participam nas reuniões do conselho.

A escolha dos membros comunitários não é feita pela direção do parque, mas sim pelas próprias comunidades. A seleção é realizada com base na confiança e na preparação das pessoas para representar a sua tabanca (aldeia), sendo atribuído um mandato de cinco anos. Após essa escolha, é também designado um suplente.

O parque conta atualmente com sete unidades de gestão, e cada tabanca ou unidade de base tem o seu representante no Conselho de Gestão do PNLC. O parque cobre uma área de aproximadamente 89 000 hectares.

Durante o processo de criação do parque, foram identificadas 33 tabancas no perímetro do parque. Contudo, segundo os dados mais recentes dos levantamentos populacionais, o seu número aumentou para 50 a 66 tabancas atualmente integradas na área do parque.

Cada unidade de gestão pode agrupar entre 7 a 8 tabancas, e em conjunto elegem um representante para o Conselho de Gestão. Esse representante atua em nome de todas as tabancas da sua unidade.

Cada tabanca possui um conselho local que realiza reuniões internas. Antes de participar nas reuniões gerais do Conselho do Parque, cada unidade de gestão realiza uma reunião interna, onde são escolhidas três pessoas para representar a comunidade no encontro geral. Esta escolha é feita respeitando critérios de género, sendo, por exemplo, possível indicar dois homens e uma mulher, ou outras combinações, promovendo a representatividade e a igualdade de género

Atualmente, o funcionamento do Conselho de Gestão do Parque Natural das Lagoas de Cufada (PNLC) enfrenta alguns desafios relacionados à atualização do regulamento interno e à renovação dos seus membros.

O regulamento interno em vigor é ainda o de 2011, que continua a ser utilizado por não se ter conseguido concluir o processo de revisão e regularização. Trata-se de um instrumento fundamental para a boa gestão do parque, mas que, devido a limitações operacionais e administrativas, não foi atualizado até ao momento.

Outro desafio prende-se com a renovação dos membros do Conselho de Gestão. Embora o mandato de cada membro deva, idealmente, ter uma duração de cinco anos, este ciclo regular não tem sido seguido. A última nomeação formal dos representantes comunitários ocorreu há mais de cinco anos, e, até recentemente, os mesmos membros continuavam em funções.

Se a memória não falha, foi apenas em 2022 ou 2023 que se iniciou uma proposta para que cada tabanca seleccionasse um novo representante para o Conselho de Gestão. Na prática, a continuidade dos membros depende muito do seu desempenho: se a comunidade considerar que o representante desempenhou bem as suas funções, pode optar por reconduzi-lo no cargo, independentemente do tempo formal do mandato.

Durante o nosso mandato, infelizmente, não foi possível avançar com a renovação dos membros do Conselho de Gestão. No entanto, com a nova liderança em funções, estão agora a ser feitos esforços concretos para reorganizar e renovar o Conselho, o que poderá contribuir para um funcionamento mais eficaz e participativo da gestão do parque.

Código: ● Administração do PNLC Resultado do peso: 0

#### 1. Entrevista, Pos.

As comunidades que vivem dentro do PNLC estão bem informadas sobre o funcionamento do parque. Compreendem as regras, reconhecem as vantagens de viver dentro de uma área protegida e participam ativamente na sua gestão.

Na verdade, muitos dos desafios que enfrentamos atualmente não vêm das comunidades residentes, mas sim de pessoas que não vivem dentro do parque. A maioria dos conflitos surge com indivíduos oriundos de outras regiões, como Canchungo ou Cacheu, que procuram terrenos para ocupação em áreas inapropriadas do parque.

As comunidades locais têm um papel central na definição das regras e na fiscalização. São elas que decidem, em conjunto, as normas que regem o uso sustentável dos recursos e, muitas vezes, são também as primeiras a alertar ou intervir quando há violação dessas normas.

Contudo, em algumas situações, as comunidades sofrem influência externa negativa, principalmente de pessoas que desconhecem ou ignoram os princípios de conservação do

parque. Esses conflitos com indivíduos de fora, em busca de terras, têm sido um desafio constante para a gestão e proteção da área.

Um dos problemas recorrentes enfrentados pela gestão do PNLC está relacionado com a venda e ocupação ilegal de terrenos. Algumas pessoas recorrem aos residentes locais para comprar terras dentro do parque, muitas vezes de forma irregular e fora das normas estabelecidas.

De acordo com o regulamento interno do parque, apenas os residentes dentro da área protegida têm direito ao uso dos recursos naturais, desde que respeitem as regras e zonas definidas. Pessoas que não residem dentro do parque não têm esse direito, o que tem originado conflitos, sobretudo em tempos de escassez de recursos noutras regiões.

A maior parte dos problemas de ocupação e exploração indevida não está relacionada com os residentes, que conhecem bem as regras e respeitam a zonagem do parque. Existem três tipos principais de zonas dentro do PNLC:

1. **Zona de Desenvolvimento** – onde é permitido realizar certas atividades sustentáveis, como agricultura e pesca, com regras específicas.
2. **Zona de Transição (ou tampão)** – atualizada de 10 em 10 anos, consoante a densidade populacional e as necessidades locais.
3. **Zona de Proteção Total** – onde não é permitido nenhum tipo de exploração, por se tratar de áreas de conservação integral.

Embora o relacionamento com as comunidades residentes seja positivo e cooperativo, os maiores desafios surgem com indivíduos de fora do parque e até de outros países, que entram ilegalmente para cortar madeira, fazer carvão ou ocupar terras. Muitas vezes, estas pessoas influenciam negativamente as comunidades locais, oferecendo dinheiro para que estas reivindicem ou cedam terrenos indevidamente.

Estas pressões externas constituem uma ameaça à integridade do parque e exigem uma atuação coordenada entre a gestão do PNLC, as autoridades nacionais e as próprias comunidades, que têm demonstrado um papel ativo na vigilância e proteção da área.

Código: ● Conflito entre Parque e Comunidade Local Resultado do peso: 0

1. Entrevista, Pos. 11

Muitas vezes, recorremos aos nossos parceiros de base para apoiar ações de formação e sensibilização em locais onde a equipa do parque não consegue chegar diretamente. As associações comunitárias e organizações de base desempenham um papel fundamental nesse processo, garantindo maior alcance e eficácia nas ações.

Um exemplo claro é na área da educação ambiental, onde contamos com o apoio da ONG Palmeirinha, que possui vasta experiência neste tipo de trabalho. A colaboração com esta e outras organizações tem sido essencial para transmitir conhecimento e promover a consciência ambiental junto das comunidades.

Além disso, ONG parceiras internacionais também participam ativamente nas reuniões e nas atividades desenvolvidas no âmbito do parque. Estas organizações não só contribuem tecnicamente, como também apoiam microprojetos comunitários, como ações de horticultura sustentável e outras iniciativas de desenvolvimento local.

De forma geral, o PNLC mantém parcerias com a maioria das ONG que intervêm na região, reforçando a gestão participativa, a conservação dos recursos e o bem-estar das comunidades residentes.

Código: ● Papel das ONGs dentro do PNLC Resultado do peso: 0

#### 1. Entrevista, Pos. 13

O parque é administrado pela direção do parque, pela comunidade local e por algumas entidades que apoiam em certas atividades. O Banco Mundial, por exemplo, sempre ajuda em algumas atividades realizadas dentro do parque. Recebemos as informações e orientações por parte da direção e, depois, seguimos para a nossa aldeia para ajudar na sensibilização.

Quando chegamos a uma aldeia, devemos primeiro chamar o chefe da tabanca e, em seguida, reunimos o grupo para repassar as informações. O parque conta com 33 aldeias, cada uma com seu representante no conselho de gestão. Cada secção tem 10 membros, o que facilita a comunicação das informações.

Código: ● Administração do PNLC Resultado do peso: 0

2. Entrevista, Pos. 3

Temos uma lei que foi elaborada em conjunto com a comunidade para regular o funcionamento do parque. Essa lei proíbe a realização de certas atividades no período de maio a junho. Quem for apanhado violando essa lei deve pagar uma coima, como forma de desincentivo.

Dentro do parque existe uma zonagem, e em algumas zonas não são permitidas certas atividades, como o cultivo de caju, lavoura, construção e desmatamento. Quem for apanhado realizando essas atividades, de acordo com a nossa lei, também deve pagar uma coima.

Código: ● Leis sobre a Proteção do PNLC Resultado do peso: 0

1. Entrevista, Pos. 5

Para fazer essa escolha, depende da comunidade e não da direção do parque. Esta escolha é feita com base em alguns critérios: as pessoas devem ser nativas, ter capacidade para transmitir a mensagem da comunidade junto ao conselho de gestão e saber ler e assinar.

Código: ● Administração do PNLC – Resultado do peso: 0

2. Entrevista, Pos. 7

Em primeiro lugar, os membros podem ser substituídos por vários motivos. Às vezes, devido à velhice, doença, morte ou incapacidade de transmitir a mensagem à comunidade, a substituição pode ocorrer de imediato. Também podem ser substituídos se forem apanhados a trabalhar em locais onde não é permitido.

Código: ● Administração do PNLC Resultado do peso: 0

2. Entrevista, Pos. 9

Isso nunca acontece conosco. Trabalhamos com base num regulamento interno. Quando uma pessoa comete um ato considerado uma infração, é responsabilizada de acordo com o nosso regulamento. Procuramos sempre resolver os problemas com base no diálogo.

Se alguém for apanhado a fazer algo indevido, os membros do conselho dirigem-se primeiro à casa dessa pessoa. Se não conseguirem resolver a situação, chamam os guardas, e depois envolve-se a direção do parque. Caso o problema continue sem solução, encaminhamos o processo para o tribunal.

Já cheguei a apreender um caminhão cheio de cibé, que estava completamente lotado — cerca de 350 sacos. Pertencia a um alto responsável militar. Falei com ele, ele pediu desculpa e pagou a coima. Ninguém pode negociar a lei.

Código: ● Leis sobre a Proteção do PNLC Resultado do peso: 0

2. Entrevista, Pos. 11

Código: ● Administração do PNLC Resultado do peso: 0

3. Entrevista, Pos. 3

Como somos de duas aldeias diferentes, cada uma deve ter o seu próprio membro no conselho de gestão. No entanto, fomos escolhidos com base na confiança e na orientação, e decidimos assumir este desafio pelo bem das nossas aldeias.

Somos uma ponte de ligação entre a comunidade e a direção do IBAP. Quando a comunidade tem uma proposta, deve primeiro realizar uma reunião de concertação. Depois disso, chama-se os membros do conselho, que ficam responsáveis por transmitir à direção do parque as necessidades identificadas.

O processo funciona da mesma forma no sentido inverso: quando a direção do parque pretende comunicar alguma informação, realiza-se uma reunião com os membros do conselho e, após essa reunião, cada membro transmite a informação à sua respetiva aldeia.

Na semana passada, realizámos uma reunião na tabanca vizinha para tentar ultrapassar alguns problemas relacionados com a conservação do PNLC.

Código: ● Conflito entre Parque e Comunidade Local Resultado do peso: 0

3. Entrevista, Pos. 4

Recebemos sempre conselhos da direção sobre a forma de utilização da terra e indicam-nos as zonas onde não podemos trabalhar. O problema é que essas zonas constam nos mapas, mas ainda não colocaram placas em cada área para identificá-las claramente.

Agora começámos um trabalho para colocar placas nessas zonas, o que vai ajudar muito na delimitação e identificação das áreas onde podemos ou não trabalhar.

Código: ● Conflito entre Parque e Comunidade Local Resultado do peso: 0

4. Entrevista, Pos. 5

Anos atrás, houve muitos problemas relacionados com este caso, mas agora isso já não acontece. As pessoas da outra região costumavam causar problemas ao tentar comprar terrenos para a construção de quintas. A nova lei proíbe a venda de terra e o cultivo por pessoas que não sejam residentes dentro do parque.

Código: ● Leis sobre a Proteção do PNLC Resultado do peso: 0

3. Entrevista, Pos. 7

Na nossa tabanca não temos mar, por isso o que fazemos é plantar algumas árvores para as gerações futuras.

Código: ● Conservação da Biodiversidade Resultado do peso: 0

3. Entrevista, Pos. 9

Como se sente em relação às decisões tomadas pela administração do PNLC?

As informações são transmitidas pelos membros do conselho, que depois as levam a cada comunidade para informar. É desta forma que recebemos as informações sobre o PNLC.

Código: ● Melhoria de Capacidade de Gestão Resultado do peso: 0

3. Entrevista, Pos. 11-12

Esta questão é muito simples: uma zona proibida para os residentes deve ser intocável para quem vem de fora. Se é proibida para os residentes, quem não reside também não pode mexer nela.

No passado, estas situações aconteciam, mas agora é difícil que aconteçam. Só é permitido aos residentes trabalhar nas zonas do parque. Quando vêm pessoas de fora, os membros da comunidade têm de informar, pois já não é permitido vender terra.

Podem ficar na minha casa e partilhar o que temos, mas, no que diz respeito à cedência de terra, a lei proíbe.

Código: ● Leis sobre a Proteção do PNLC Resultado do peso: 0

3. Entrevista, Pos. 14

Às vezes, quando precisamos de algo na comunidade e não recebemos resposta imediata, a maioria das pessoas começa a dizer que a gerência do parque não está a funcionar bem. Porém, quando os seus pedidos são atendidos, passam a dizer que tudo está a correr muito bem.

Código: ● Fortalecimento de Gestão Participativa Resultado do peso: 0

3. Entrevista, Pos. 16

É habitual que a comunidade pratique atividades que vão contra a lei, como desmatção sem controlo e caça em períodos proibidos. Pescar com redes de malha entre 28 e 30 é comum, mas redes com malha inferior a 26, usadas para pesca de arrasto, não têm substituto e são proibidas.

Código: ● Sensibilização sobre o Impacto Ambiental nas AP Resultado do peso: 0

3. Entrevista, Pos. 18

Este problema nunca acontece comigo. Quando as pessoas da comunidade me chamam a atenção sobre algo que está a acontecer, tenho de parar de imediato. Na nossa comunidade, isso nunca aconteceu; pode acontecer noutra tabanca.

Podemos divergir nas ideias, mas quando surge algum problema, a comunidade tem de sentar-se para falar comigo e, depois, eu tenho de reconhecer os meus erros.

Código: ● Melhoria de Capacidade de Gestão Resultado do peso: 0

3. Entrevista, Pos. 20

1. Como é gerido o problema entre a comunidade e o gestor do parque, sobretudo nas zonas de tampão?

Acontece, mas temos um regulamento interno e, caso necessário, levamos o assunto ao tribunal.

Código: ● Leis sobre a Proteção do PNLC Resultado do peso: 0

3. Entrevista, Pos. 21-22

O parque é administrado da seguinte maneira: os residentes têm direitos sobre os recursos do parque, enquanto os que não residem não têm direito a explorar o recinto do parque.

Penso que o legislador refletiu bem antes de implementar as leis, pois conhece o número de habitantes atuais e sabe que, daqui a 10 anos, a população nessa zona vai aumentar.

Em termos de administração, existem a lei-quadro de áreas protegidas, o regulamento interno e a lei florestal que regulam a gestão do parque.

Código: ● Leis sobre a Proteção do PNLC Resultado do peso: 0

4. Entrevista, Pos. 6

Antes era difícil, mas atualmente sabem que os recursos existentes dentro do parque são para os residentes. O trabalho tornou-se mais fácil porque, quando transmitimos a mensagem, eles fazem o possível para tentar cumprir, especialmente em relação às informações que recebem sobre o uso racional desses recursos.

Código: ● Sensibilização sobre o Impacto Ambiental nas APs Resultado do peso: 0

4. Entrevista, Pos. 8

### **1. O parque dispõe de infraestrutura adequada para conservação, ecoturismo e investigação dos alunos?**

Sim, recebemos muitos estudantes. Por exemplo, há seis dias recebemos um estudante da Inglaterra que veio realizar uma pesquisa vinculada ao seu trabalho.

.

Código: ● Melhoria de Capacidade de Gestão Resultado do peso: 0

4. Entrevista, Pos. 9-10

**1. Quais são as atividades realizadas pelo homem dentro do parque que não estão de acordo com a lei de conservação da natureza?**

Desmatamento descontrolado, queimadas e caça abusiva.

Código: ● Atividades Agrícolas Resultado do peso: 0

4. Entrevista, Pos. 11-12

Existe uma reunião entre os membros dos guardas-parques e a comunidade, mas essa reunião tem como foco principal a sensibilização. Muitas vezes, passamos de 5 a 6 dias visitando aldeia por aldeia para promover essa conscientização.

Código: ● Sensibilização sobre o Impacto Ambiental nas APs Resultado do peso: 0

4. Entrevista, Pos. 14

**1. Qual é o impacto da mudança climática dentro do parque?**

Qualquer mudança climática causa impactos significativos. Na época das chuvas, quando chove muito, algumas aldeias ficam alagadas, dificultando a movimentação das pessoas. Em consequência, algumas famílias precisam se deslocar para outras aldeias. Já nos períodos de sol intenso, ocorrem queimadas, o que prejudica a florada e resulta em colheitas fracas.

Código: ● Atividades Agrícolas Resultado do peso: 0

4. Entrevista, Pos. 15-16

### **As leis do parque são suficientes para a proteção do parque?**

As leis do parque foram criadas pelo Estado, e a população também cria os seus próprios regulamentos para proteger o parque. Em outros países, é difícil encontrar habitantes dentro dos parques, mas na Guiné-Bissau, antes mesmo da criação dessas leis, já havia pessoas vivendo dentro dos limites do parque.

Código: ● Leis sobre a Proteção do PNLC Resultado do peso: 0

4. Entrevista, Pos. 17-18

### **Como avalia a participação do governo central na proteção do parque?**

Para mim, essa é uma pergunta fácil de responder. Você sabe que em todos os setores na Guiné-Bissau há muita corrupção e influência de jogos políticos. Nós, como técnicos, temos o papel de ajudar na conservação da biodiversidade, mas os políticos têm outros objetivos, como fazer caça aos votos.

Às vezes, fico muito frustrado com o governo, especialmente quando um governador é nomeado para áreas com zonas protegidas, mas não coloca pessoas com conhecimento sobre meio ambiente e que conheçam as regras e leis do parque. Muitas vezes, a população recorre ao governador para pedir proteção, mas no começo é difícil, pois entramos em contradições com outras partes, mas com o tempo essas situações acabam se resolvendo.

Código: ● Melhoria de Capacidade de Gestão Resultado do peso: 0

4. Entrevista, Pós. 19-20

São situações que ocorrem com frequência, envolvendo familiares de tropas, políticos e amigos, que recorrem para pedir proteção em benefício de suas famílias. Se você encontrar essas pessoas, elas pegam o telefone para ligar para seu protetor. Às vezes, fazem cortes de grandes árvores ou realizam lavoura em áreas inadequadas.

Já houve noites em que não consegui dormir porque, como técnico, sei qual é o perigo disso. A lei proíbe que as cidades de Buba e Fulacunda explorem os recursos naturais, pois são áreas urbanas, mas essas cidades estão se desenvolvendo e têm maior poder de compra, o que torna a situação mais complexa.

Código: ● Conflito entre Parque e Comunidade Local Resultado do peso: 0

4. Entrevista, Pos. 21

Dentro do parque existem três zonas de exploração. Há uma zona onde é permitida a exploração pelos membros da comunidade local. No entanto, nas cidades de Buba e Fulacunda a exploração dos recursos não é permitida, pois são áreas urbanas, embora sejam cidades em desenvolvimento com maior poder de compra.

Código: ● Aumento de Controle nas Zonas Resultado do peso: 0

4. Entrevista, Pos. 23

O governo deve implantar a educação ambiental nas escolas. Atualmente, todas as tabancas dentro do parque possuem escola. O Programa Nacional de Luta Contra a Desertificação construiu escolas na maioria das tabancas, e nessas escolas o governo coloca os professores.

Se as crianças crescerem com a cultura e vivência da proteção ambiental, o impacto ambiental nas comunidades vai melhorar. Há alguns anos, costumávamos visitar aldeia por aldeia para ensinar os alunos sobre meio ambiente, mas, de repente, esse programa foi interrompido.

Código: ● Educação Ambiental nos UC Resultado do peso: 0

4. Entrevista, Pos. 24

Muitas vezes ocorrem choques ou desentendimentos na troca de palavras entre os membros da comunidade e os guardas-parque. No entanto, durante as visitas de sensibilização às comunidades, eles costumam nos ouvir com atenção.

Código: ● Fortalecimento de Gestão Participativa Resultado do peso: 0

5. Entrevista, Pos. 5

**Quando encontra uma pessoa plantando caju em local não permitido, como você lida com esse problema?**

Quando ocorre uma violação no parque, sempre usamos a melhor ferramenta que é o diálogo. Muitas vezes, fazemos a apreensão do material para desencorajar essa pessoa a continuar com a prática. Porém, também buscamos conversar e conscientizar sobre a importância de respeitar as áreas destinadas para cada atividade.

.

Código: ● Conflito entre Parque e Comunidade Local Resultado do peso: 0

5. Entrevista, Pos. 6-7

**1 Qual é o papel do governador na proteção do PNLC?**

Existe uma parceria entre o governador e a administração do parque. Quando um administrador é nomeado pelo governo, ele automaticamente se torna membro do conselho de gestão do parque.

Código: ● Administração do PNLC Resultado do peso: 0

5. Entrevista, Pos. 8-9

## **1 Como vocês lidam com pressão política na tomada de decisão dentro do PNLC?**

Nas questões políticas, sempre agimos com muita calma e frieza, pois entendemos que o governo é o responsável por todos. Às vezes, surgem questões políticas na tomada de decisão dentro do parque, mas buscamos manter a imparcialidade e o foco na conservação.

Código: ● Conflito entre Parque e Comunidade Local Resultado do peso: 0

5. Entrevista, Pos. 10-11

## **Como lidam com as pessoas que vêm de outras regiões para comprar terrenos?**

Muitas vezes acontecem problemas desse tipo, pois a lei do parque proíbe a venda e exploração de terrenos por pessoas que não são residentes da área.

Código: ● Leis sobre a Proteção do PNLC Resultado do peso: 0

5. Entrevista, Pos. 12-13

## **1. Como é resolvido um problema de qualquer gênero dentro do parque?**

Quando um problema é identificado no parque por um membro do conselho de gestão, ele sempre chama a atenção da pessoa responsável, explicando que a ação dela não está alinhada com a lei do parque.

Código: ● Fortalecimento de Gestão Participativa Resultado do peso: 0

5. Entrevista, Pos. 14-15

### **1. Nas primeiras fases de implementação do parque, qual foi a reação da comunidade?**

Inicialmente, quando os ambientalistas apresentaram ao governo a importância da conservação naquela região, o governo manifestou apoio condicionado à aprovação das comunidades locais. Posteriormente, representantes foram às comunidades para expor as vantagens do parque para os moradores, destacando benefícios como escolas, acesso à água potável, postos de saúde, turismo, desenvolvimento local e fornecimento de máquinas agrícolas. Diante dessas perspectivas, a população local adotou o projeto com entusiasmo.

Código: ● Sensibilização sobre o Impacto Ambiental nas AP Resultado do peso: 0

5. Entrevista, Pos. 16-17

### **1. Será que a criação do parque mudou alguma coisa na vida da comunidade?**

Sem dúvida, mudou bastante, pois a maioria das comunidades hoje conta com escolas graças ao parque e com furos para água potável. Acredito que houve muitas mudanças positivas para a região.

Código: ● Fortalecimento de Gestão Participativa Resultado do peso: 0

5. Entrevista, Pos. 18-19

### **Papel das ONG no desenvolvimento da comunidade**

As ONG trabalham em parceria com o parque e são colaboradoras do Estado no desenvolvimento das aldeias, embora atuem a distância.

Código: ● Papel das ONGs dentro do PNLC Resultado do peso: 0

5. Entrevista, Pos. 20-21

Mudou nessa zona desde 2017 sou de Catio

Código: ● Tempo Vivido pelo Entrevistados dentro do PNLC Resultado do peso: 0

Entrevista, Pos. 3

Nos primeiros momentos, quando os administradores do parque chegavam, eles simplesmente entravam na mata para fazer os seus trabalhos, e a maioria da população ficava irritada. Mas agora a situação mudou bastante: antes de iniciar qualquer atividade, eles realizam uma reunião com a comunidade para explicar e alinhar as ações.

Código: ● Fortalecimento de Gestão Participativa Resultado do peso: 0

6. Entrevista, Pos. 5

### **1. Como você se sente quando vê alguém desmatando o mato?**

Sempre aconselho que a lei do parque proíbe o corte abusivo do mato. Quando vejo isso, sempre chamo a atenção da pessoa, explicando que, se ela cortou um hectare este ano, deve mudar para uma área distante no ano seguinte, para permitir que o local se recupere. O mato não pertence a ninguém individualmente; estamos todos ajudando a conservar para que nossos filhos possam conhecer e apreciar os animais.

Código: ● Leis sobre a Proteção do PNLC Resultado do peso: 0

6. Entrevista, Pos. 6-7

### **1. Como vocês lidam com grupos de estudantes ou turistas?**

Quando recebemos visitas, os visitantes primeiro devem passar pelo centro do IBAP e, em seguida, são acompanhados por um guia ou por membros da comunidade, que explicam sobre a vegetação e o ambiente local.

Código: ● Educação Ambiental na UC Resultado do peso: 0

6. Entrevista, Pos. 8-9

Agora conseguimos resolver esse tipo de problema dentro da comunidade. Antes, quando os administradores do parque chegavam, encaminhavam os infratores diretamente para o Estado. Hoje, eles sabem que a comunidade local tem participação, mas ainda sentem o peso da autoridade do Estado.

Código: ● Administração do PNLC Resultado do peso: 0

6. Entrevista, Pos. 11

### **1. Como você avalia a tomada de decisão dentro do parque?**

Na nossa comunidade, graças a Deus, não enfrentamos esse tipo de problema, porque existem zonas bem definidas: áreas onde podemos trabalhar e áreas onde não é permitido. Isso facilita o respeito às regras e evita conflitos.

Código: ● Aumento de Controle nas Zonas Resultado do peso: 0

6. Entrevista, Pos. 12-13

### **1. Na sua opinião, o que deve mudar para melhorar a tomada de decisão dentro do parque?**

Não fico satisfeito com certas atitudes. Muitas vezes, as pessoas começam a trabalhar sem serem avisadas de que estão em zona proibida. Só depois de dois anos, quando as plantações já cresceram, é que chegam para mandar derrubar tudo. O mesmo acontece quando alguém está a construir uma casa ou a tirar blocos: ninguém aparece para orientar no início, só chegam depois

para destruir. Acho que a comunicação e a sensibilização devem acontecer antes, para evitar esses conflitos.

Código: ● Conflito entre Parque e Comunidade Local Resultado do peso: 0

6. Entrevista, Pos. 14-15

Pela experiência que tive naquela zona — que já frequentei seis vezes —, posso dizer que o IBAP tem uma política de gestão participativa, elaborada por ele próprio, que orienta o envolvimento das comunidades na gestão do parque.

Código: ● Fortalecimento de Gestão Participativa Resultado do peso: 0

7. Entrevista, Pos. 3

Mas isso é apenas na teoria. Pela informação que tenho, a comunidade local não se sente como parte do processo de tomada de decisão.

Código: ● Fortalecimento de Gestão Participativa Resultado do peso: 0

7. Entrevista, Pos. 3

Inicialmente, a proposta era retirar a comunidade dessa zona devido à sua importância ecológica. No entanto, como a comunidade já estava habituada a viver ali há muito tempo, o IBAP decidiu permitir que permanecessem, desde que fossem criadas condições básicas — como escola e acesso à água potável — para garantir qualidade de vida sem ameaçar a biodiversidade.

Código: ● Conservação da Biodiversidade Resultado do peso: 0

7. Entrevista, Pos. 3

**Na teoria, o projeto é bem estruturado, mas na prática a realidade é bem diferente.**

Era previsto que a comunidade fosse retirada da zona por causa da sua importância ecológica. No entanto, como os moradores já estavam habituados à área, o IBAP decidiu permitir que permanecessem, desde que fossem criadas condições básicas — como escola e água potável — para garantir uma convivência que não ameaçasse a biodiversidade.

Mas, na realidade, isso não acontece. Se fosse uma comunidade muito isolada como Cantanha, por exemplo, notaria que ela não tem acesso às condições mínimas necessárias para a vida. Os jovens que vivem lá dependem exclusivamente do ecossistema. Não têm água potável e precisam caminhar mais de 10 km para frequentar a escola.

Na teoria, os documentos foram bem elaborados e apresentam o parque como um lugar de ecoturismo. Porém, na prática, isso não existe. A má gestão do parque tem permitido o avanço de ervas invasoras, e zonas importantes como Bidessa e Bionar estão a fechar cada vez mais. Já não se veem grandes quantidades de pelicanos migratórios como antes, o que está diretamente ligado ao assoreamento, à erosão e à má gestão ambiental.

Muitas vezes, isso ocorre por falta de meios para os gestores do parque ou pela ausência de políticas que garantam as condições mínimas para a comunidade. O parque está, aos poucos, perdendo as características ecológicas que o tornavam especial.

Código: ● Melhoria de Capacidade de Gestão Resultado do peso: 0

7. Entrevista, Pos. 3

**1. Qual é o papel do governador na proteção do PNLC?**

Infelizmente, não temos governadores que compreendam verdadeiramente a dimensão ambiental e a importância da Lagoa de Cufada. Se analisarmos a história da lagoa como um sítio Ramsar, vemos que ela tem um valor ecológico internacional. No entanto, recentemente,

foi construída uma central que vai abastecer a cidade de Buba, sem nenhum estudo de impacto ambiental. Isso pode contribuir para a fuga de várias espécies que habitam essa zona.

Essa foi uma decisão tomada por motivação política, liderada pelo governador. O problema é que, na maioria dos casos, os cargos de governador são ocupados por nomeações políticas e não por critérios técnicos, o que enfraquece o compromisso com a conservação da biodiversidade. O ideal seria nomear governadores que sejam técnicos qualificados, mas também preparados politicamente para lidar com os desafios da proteção ambiental.

Se as nomeações continuarem a ser feitas com base em favoritismos ou interesses partidários, os resultados não serão positivos. É preciso colocar pessoas com consciência ambiental clara e compromisso verdadeiro com o futuro.

Cada vez mais, a Lagoa de Cufada aquece e sofre pressão. O IBAP tem feito a sua parte, com estudos e propostas técnicas, mas o Estado não tem dado continuidade. Os governadores ficam limitados e o trabalho do IBAP não avança como deveria. Todos os intervenientes têm um papel fundamental na conservação, especialmente para garantir que as futuras gerações possam herdar e conhecer este ecossistema tão importante.

Código: ● Administração do PNLC Resultado do peso: 0

7. Entrevista, Pos. 4-5

### **1. Por que o Estado não inclui as áreas protegidas no seu orçamento geral, deixando o financiamento a cargo de parceiros internacionais?**

O futuro dos parques pode ser muito difícil se os parceiros internacionais deixarem de apoiar. Lembro-me de que, no ano passado, conversei com um governante que mencionou que o Estado havia disponibilizado 200.000.000 XOF (duzentos milhões de francos CFA) para o IBAP. Se considerarmos que esse montante pode ser quase todo consumido apenas com combustível para transporte de pessoal, vemos como é insuficiente — ainda mais sabendo que existem 11 áreas protegidas em todo o país.

A cada dia, os parques estão mais ameaçados. Os guardas-parque continuam a trabalhar com poucos recursos e sem acesso às tecnologias modernas necessárias para proteger a biodiversidade de forma eficaz. Se os parceiros internacionais abandonarem o apoio, o IBAP

não terá condições de continuar a funcionar. Sem um financiamento sólido por parte do Estado, muitos parques podem desaparecer, como já se observa com a Lagoa de Cufada, que não está recebendo o cuidado e a gestão adequada.

Às vezes, como ambientalistas, queremos culpar as instituições pela má gestão, mas sem meios financeiros e logísticos, é impossível fazer um bom trabalho. O Estado precisa assumir um compromisso sério e urgente, incluindo uma fatia justa e consistente do orçamento nacional para a proteção das áreas protegidas. Só assim será possível salvaguardar esse patrimônio natural para as gerações futuras.

Código: ● Melhoria de Capacidade de Gestão Resultado do peso: 0

7. Entrevista, Pos. 6-7

### **1. O parque tem recursos humanos suficientes para desenvolver o ecoturismo?**

Sim, temos recursos humanos qualificados, mas ainda não em número suficiente. Hoje em dia, quando se viaja para a zona do parque, é possível encontrar guardas-parque com formação básica, mas com um conhecimento profundo, quase ao nível de um doutor, sobre o funcionamento do parque. Eles têm capacidade para explicar com detalhes sobre as árvores, a fauna, a flora e tudo o que existe naquela zona.

Temos profissionais muito competentes na área de conservação e ecoturismo. O que falta é a criação de condições adequadas para que esse potencial seja bem aproveitado. Se pesquisarmos no Google sobre o PNLC (Parque Natural das Lagoas de Cufada), veremos que ele é apresentado como uma zona de ecoturismo, um lugar onde turistas podem visitar para observar pelicanos e várias outras formas de vida. No entanto, isso não está a acontecer na prática, neste momento.

Isso se deve ao fato de que o habitat dessas espécies está cada vez mais ameaçado. Se houvesse um investimento sério e urgente, os recursos humanos que temos poderiam desempenhar seu trabalho com alta qualidade. Atualmente, contamos com vários quadros formados na área de engenharia ambiental e conservação, prontos para atuar — o que falta é apoio e estrutura.

Código: ● Melhoria de Capacidade de Gestão Resultado do peso: 0

7. Entrevista, Pos. 8-9

### **1. O que podemos fazer para melhorar o impacto ambiental?**

Precisamos de um compromisso maior e mais efetivo. Já possuímos instrumentos e programas que estabelecem diretrizes para enfrentar os desafios ambientais, mas falta a aplicabilidade prática dessas medidas. Isso é o que realmente pode ajudar o setor a avançar.

Como foi recomendado no Clube de Roma, precisamos cumprir os compromissos assumidos. Somos campeões na ratificação de acordos ambientais, mas o maior problema está na aplicação dessas políticas. Sem isso, não teremos os resultados esperados.

Esse é um dos desafios mais fundamentais que enfrentamos atualmente: temos muitas recomendações e objetivos definidos nas áreas de biodiversidade e educação ambiental, mas o que falta é transformar essas recomendações em ações práticas. A aplicabilidade é o caminho para alcançarmos resultados reais e positivos.

Código: ● Leis sobre a Proteção do PNLC Resultado do peso: 0

7. Entrevista, Pos. 10-11

### **1. Na sua opinião, qual seria o melhor modelo administrativo para o PNLC?**

Na minha opinião, o melhor modelo já existe e é o de “parque para a população” ou gestão partilhada. Em outras partes do mundo, quando existe uma zona reservada, o Estado manda retirar todas as pessoas daquela área. Porém, o modelo de parque para a população demonstra respeito pelo uso tradicional e pelos costumes das comunidades que já vivem nessa região.

O que precisa ser feito é respeitar os documentos e os caminhos traçados pela gestão do parque, garantindo que a população não agrida a natureza. O IBAP tem um modelo muito bom nesse sentido, que precisa apenas continuar a ser implementado e colocado em prática.

Temos um dos melhores modelos de gestão de “parque para população”, que une conservação ambiental com respeito às comunidades locais.

Código: ● Fortalecimento de Gestão Participativa Resultado do peso: 0

7. Entrevista, Pos. 12-13

### **1. Em que zona podemos aproveitar para criar uma área reservada?**

Para criar um parque, primeiro é preciso escolher uma zona e avaliar o que existe nela em termos de biodiversidade e qual é a sua importância a nível nacional e internacional. Depois, deve-se trabalhar no processo de conservação dessa área.

Para mim, a restauração da zona de Mbatonha é uma prioridade, porque é uma área que não podemos desperdiçar. Ela funciona como um “pulmão” para a cidade, além de ser fundamental para a captação de águas pluviais e proteção costeira contra o mar.

Essa área pode gerar um grande rendimento em termos de ecoturismo. Todas as zonas que o Estado identificar para proteção devem passar por um estudo básico, a fim de garantir resultados eficazes.

Na legislação de áreas protegidas existem critérios específicos para a escolha de um parque ou mesmo para que uma zona seja classificada como sítio RAMSAR, e esses critérios devem ser rigorosamente obedecidos.

Código: ● Aumento de Controle nas Zonas Resultado do peso: 0

7. Entrevista, Pos. 14-15

O IBAP está a desempenhar o papel do Estado na gestão sustentável do parque. Contudo, o Estado tem um papel fundamental em garantir a manutenção do parque, proporcionando recursos para que o IBAP tenha uma estrutura própria e possa assegurar que as leis sejam cumpridas na prática.

Embora o Estado declare áreas marinhas protegidas, é paradoxal que, por vezes, promova festivais nessas mesmas zonas de praia, o que pode causar impactos negativos. A criação do IBAP trouxe ganhos muito significativos para a conservação, mas é essencial que o Estado

apoie mais ativamente, especialmente no envolvimento e mobilização da comunidade e dos setores responsáveis.

Código: ● Leis sobre a Proteção do PNLC Resultado do peso: 0

7. Entrevista, Pos. 17

Uma das principais leis que regulam os quadros das áreas protegidas é a primeira lei de 1997, que foi revista em 2011. Essa legislação estabelece o desenho organizacional das áreas protegidas, deixando claro que, além do decreto de criação de cada área protegida, deve haver uma organização específica para cada uma delas.

De acordo com a lei, cada área protegida deve ter uma assembleia enquanto órgão deliberativo, um conselho de gestão e uma direção, que funcionam como a administração do parque ou área protegida. No caso da Lagoa de Cufada, que é classificada como parque natural, existe sim um conselho de gestão instituído, conforme previsto tanto na lei quanto no decreto que criou o PNLC.

O conselho de gestão é o principal órgão de tomada de decisão do parque, e a comunidade local está amplamente representada nele. As maiorias dos membros do conselho são representantes das diversas comunidades que fazem parte do perímetro do PNLC.

Posso confirmar o funcionamento do conselho de gestão consultando as atas das últimas reuniões junto ao IBAP.

Código: ● Leis sobre a Proteção do PNLC Resultado do peso: 0

8. Entrevista, Pos. 2

### **Dificuldades na implantação dos instrumentos regulatórios**

De fora, posso dizer que há muitas ameaças à exploração dos recursos dentro do parque. Por exemplo, o governo autorizou a construção de um central fotovoltaico dentro do PNLC sem

observar os procedimentos adequados, como a avaliação ambiental e social. Além disso, essa construção não respeitou a zonagem do parque.

De acordo com o quadro da nossa lei de áreas protegidas, o parque é dividido em três zonas: a zona de proteção integral, a zona de prevenção total e a zona tampão. Existe ainda uma zona de solidariedade integral, destinada a usos religiosos, políticas tradicionais e investigação científica.

Algumas zonas são destinadas exclusivamente à população residente, onde é possível exercer atividades económicas sustentáveis, desde que cumpram os procedimentos de avaliação ambiental e social, e respeitem os objetivos que nortearam a classificação e criação do parque como área protegida.

O crescimento populacional e a construção do porto de Buba impactaram alguns aspetos do parque. O IBAP, através de estudos socioeconómicos, pode avançar com o manejo adequado, mas isso ainda requer maior apoio e recursos.

Código: ● Aumento de Controle nas Zonas Resultado do peso: 0

#### 8. Entrevista, Pos. 3-4

A Lagoa de Cufada possui um estatuto jurídico tanto nacional quanto internacional. Ela foi classificada como uma zona húmida de importância internacional, sendo reconhecida ao abrigo da Convenção de RAMSAR, que visa à conservação dessas zonas úmidas.

A Guiné-Bissau ratificou essa convenção, garantindo assim a proteção legal da Lagoa de Cufada conforme os termos da Convenção RAMSAR. Além disso, o país também ratificou a Convenção Internacional sobre o Comércio de Espécies da Fauna e Flora Selvagens Ameaçadas de Extinção (CITES) e faz parte do acordo Euroasiático para a conservação das aves migratórias.

A Lagoa de Cufada é um dos sítios mais importantes da África Ocidental para aves aquáticas migratórias. Portanto, a responsabilidade pela conservação e proteção do parque natural não é apenas uma obrigação sob a legislação guineense, mas também um compromisso assumido pelo país sob o direito internacional.

Código: ● Leis sobre a Proteção do PNLC Resultado do peso: 0

8. Entrevista, Pós. 6

Quando mencionamos o crescimento populacional, é importante entender o contexto antes da criação do parque e da definição das suas zonas. A população local exercia suas atividades socioeconômicas sem limitações no acesso aos recursos naturais. Essa situação gerou conflitos, pois houve uma transição geracional: as pessoas que negociaram a classificação das áreas protegidas já não estão mais vivas, e os jovens de hoje sentem-se excluídos dessa decisão.

Esses jovens reivindicam o direito de explorar recursos, como a prática da caça, pesca e construção de casas, pois não se identificam com a zonagem estabelecida na classificação do parque. Por isso, surgem conflitos e choques, que não são causados apenas pela agricultura itinerante — que é a prática predominante, especialmente no cultivo de arroz em áreas como M'pampa e Celeiro —, mas também pelo uso de terras alagadas, o que exige a desflorestação e traz impactos ambientais significativos.

Esse é um dos principais desafios que enfrentamos na gestão do parque.

Concretamente na Lagoa de Cufada, além dos óbvios impactos ambientais, existem outros problemas relacionados às mudanças climáticas que afetam tanto o país quanto a população local, como a agricultura e a produção de flor de caju. O IBAP é a entidade mais indicada para fornecer informações detalhadas, com base nos estudos realizados na região, já que conta com especialistas que acompanham essa temática.

Código: ● Conflito entre Parque e Comunidade Local Resultado do peso: 0

8. Entrevista, Pos. 7

Em relação a zonas que o Estado pode aproveitar para criar novas áreas protegidas no país, atualmente o IBAP está realizando os estudos necessários para a classificação de Geta Pecixe como uma Reserva da Biosfera, segundo os critérios da Convenção da UNESCO. Em breve, essa área poderá ser oficialmente reconhecida como Reserva da Biosfera.

O país já concorreu duas vezes com o Arquipélago dos Bijagós para ser considerado Patrimônio Mundial da UNESCO. Na primeira tentativa, não foi aceito, mas acredito que nesta segunda oportunidade temos boas chances de sucesso.

Código: ● Conservação da Biodiversidade Resultado do peso: 0

#### 8. Entrevista, Pos. 8-9

Quando se fala em parques, muitas pessoas pensam que há uma diferença clara entre parque nacional e parque natural, mas na Guiné-Bissau essa distinção não é tão marcada. Segundo a categorização da União Internacional para Conservação da Natureza (UICN), nossos parques estão todos na mesma categoria.

Normalmente, um parque nacional faz parte da categoria I da UICN e é gerido por estruturas públicas, onde certas atividades são proibidas. No nosso caso, temos populações vivendo dentro dos parques, por isso adotamos um sistema de zonagem inspirado no modelo da Reserva de Teixeira, que inclui zona central, tampão e de desenvolvimento.

Se aplicarmos rigorosamente esse sistema, nossa zona central equivale a um parque nacional, pois as regras da zona central são similares às da maioria dos parques nacionais. Como temos população vivendo dentro da área protegida, ela não pode ser totalmente intocável, por isso o sistema de três zonas é adotado.

Na zona de desenvolvimento, são permitidas todas as atividades tradicionais da população; na zona tampão, algumas atividades são proibidas; e na zona central, as atividades são restritas a pesquisa, visitas controladas e outras atividades semelhantes.

Código: ● Aumento de Controle nas Zonas Resultado do peso: 0

#### 9. Entrevista, Pos. 3

O Parque Natural Lagoa de Cufada (PNLC) é composto por três lagoas principais: Bionar, Bidessa e Cufada. Como há população vivendo dentro do parque, adotamos um sistema de

gestão baseado na partilha de responsabilidades, conhecido como gestão participativa ou cogestão.

Partimos do princípio da UICN de que o parque pode ser para a população. Criamos o parque considerando que as comunidades estão dentro do seu perímetro, tornando-as as primeiras beneficiárias.

Desde o início, a população participou ativamente nas negociações para a implantação do parque. Realizamos reuniões em todas as tabancas e localidades para compreender as regras tradicionais que a comunidade utiliza para gerir o território. Observamos que muitas dessas regras tradicionais são compatíveis com as exigências de um parque natural ou nacional.

Dessa forma, implementamos as regras positivas dessas tradições na nova gestão do parque, e as práticas que geravam impactos negativos foram objeto de sensibilização para que fossem abandonadas, incentivando atividades que apoiem o desenvolvimento local.

Código: ● Fortalecimento de Gestão Participativa Resultado do peso: 0

#### 9. Entrevista, Pos. 4

Os membros responsáveis pela gestão do parque compõem o Conselho de Gestão, onde 50% dos membros pertencem à comunidade local e os outros 50% são representantes de instituições públicas, como IBAP, Floresta, Turismo, Agricultura, Pesca, ONG e setores privados.

Realizamos quatro reuniões anuais: duas com a população local e duas com os membros do Conselho de Gestão e a direção do parque, para preparar a reunião geral, que envolve todos os intervenientes.

Essas reuniões permitem fazer uma análise da situação do parque, discutir os acontecimentos desde a última reunião, identificar pontos positivos e negativos, detetar problemas existentes, propor soluções e tomar decisões.

Nos últimos tempos, a gestão do parque tem dado mais espaço para a participação da camada juvenil. Um exemplo é o acompanhamento anual da tartaruga marinha, onde interagimos com a comunidade local para explicar o que fazemos, a importância do trabalho e as ações de

conservação da tartaruga. Processo semelhante ocorre em outros monitoramentos que realizamos, como o acompanhamento de aves e da fauna terrestre nos parques.

Código: ● Fortalecimento de Gestão Participativa Resultado do peso: 0

9. Entrevista, Pos. 6

### **1. Como avalia o comportamento da administração do parque e da comunidade local?**

Já estamos acostumados com a administração do PNLC desde que chegaram. Eles mantêm um bom relacionamento conosco, sempre buscando diálogo. Muitas vezes, quando fazemos nossos pedidos, eles nos ajudam. Como vivo dentro do parque há vários anos, conheço bem tudo o que acontece por aqui.

Código: ● Fortalecimento de Gestão Participativa Resultado do peso: 0

10. Entrevista, Pos. 4-5

Sempre nos avisam sobre o corte do mato. Não proibiram o corte de mato para plantação de arroz, mas para o cultivo de caju ninguém pode plantar. Atualmente, ninguém pode cortar a mata indiscriminadamente.

Código: ● Atividades Agrícolas Resultado do peso: 0

10. Entrevista, Pos. 7

### **1. Como vocês lidam com a visita de estudantes ou turistas dentro do parque?**

Certa vez, um grupo de visitantes chegou acompanhado por um ancião que conhece bem o parque, e fizeram uma visita por diferentes zonas dentro do parque. Às vezes, essas visitas ajudam no controle do mato. Por exemplo, há dois anos, toda a comunidade participou ativamente no controle do mato, com apoio dos visitantes e guardas-parques.

Código: ● Fortalecimento de Gestão Participativa Resultado do peso: 0

10. Entrevista, Pos. 8-9

**1. Quais as atividades desenvolvidas pelo conselho de gestão para reduzir o impacto ambiental?**

As atividades realizadas pelos gestores do PNLC incluem visitas frequentes de tabanca em tabanca para sensibilizar a população sobre práticas de conservação da biodiversidade. Muitas vezes, essas ações envolvem diálogo e entendimento entre gestores e comunidades para fortalecer o compromisso com a proteção do meio ambiente. Nem sempre estou presente em todas as visitas, mas sei que quando há necessidade de usar maior firmeza, o entendimento também é buscado

Código: ● Sensibilização sobre o Impacto Ambiental nas APs Resultado do peso: 0

10. Entrevista, Pos. 10-11